



**Diário da Sessão n.º 032 de 14/11/01**

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 20 minutos)*

Passamos agora ao ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime da realização do concurso com vista à concessão de obras públicas em regime de portagem SCUT (Sem Sobrança aos Utilizadores), de troços rodoviários na Ilha de S. Miguel.**

Para fazer a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional pretende estabelecer uma parceria público-privada (PPP), comumente também designada por “project finance”, numa das suas modalidades, para a construção e exploração de um conjunto de estradas na Ilha de S. Miguel.

Este conjunto de estradas tem uma extensão de 94,2 km e distribuem-se por três eixos principais, a saber:

- Eixo Sul com uma extensão de 36,1 km;
- Eixo Sul/Norte com 33,6 km de extensão;
- Eixo do nordeste com uma extensão de 24,5 km.

Será esta a estrutura física da concessão, para a qual se pretende estabelecer, com o diploma que agora aqui está em apreciação, o regime do respectivo concurso pública.



O objecto da concessão é constituído por um conjunto de direitos e obrigações que o concessionário assume relativamente às estradas concessionadas, cuja exploração será efectuada em regime de serviço público e sem cobrança de portagens aos seus utilizadores (SCUT). Mais concretamente, o objecto da concessão será a concepção, construção, financiamento, conservação e exploração da rede de estradas acabada de descrever.

Dado que a rede de estradas a concessionar apresenta estádios diferenciados de desenvolvimento de cada uma das suas componentes, este objecto genérico da concessão terá de ser adaptado caso a caso, por forma a que fiquem claramente identificados os diferentes tipos de acções a empreender pela concessionária.

Efectivamente a concessão integra estradas já construídas, estradas a remodelar, não existe ainda projecto.

Assim, relativamente a cada um dos diferentes troços e lanços de estrada, foi necessário definir com exactidão aquilo que se pretende que seja executado e assumido no âmbito da concessão. Esta definição consta do Anexo a proposta de Decreto Legislativo Regional, onde é possível identificar claramente as seguintes situações:

- Troços e lanços de estradas a construir pela concessionária, obra nova - num total de 61,6 Km;
- Troços e lanços de estradas já construídos e a concluir pelo Governo Regional dos Açores, num total de 24,9 Km.
- Troços e lanços de estradas em construção e cuja conclusão compete a concessionária, numa extensão de 7,7 Km.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

A exploração em regime de serviço público implica para a concessionária a obrigação de disponibilizar as estradas em perfeito estado de conservação durante todo o período da concessão.

Durante o período da concessão, que será de 30 anos, a concessionária terá direito a uma contrapartida financeira - uma renda - que será paga pela Região e que se destina a compensar a concessionária pelos investimentos por ela efectuados bem como pela totalidade dos custos suportados com a manutenção e exploração das estradas.

No termo do período da concessão, as estradas concessionadas reverterem para a posse da Região, sem o pagamento de quaisquer outras contrapartidas adicionais.

O contrato de concessão, como estrutura de regulação de parcerias entre o sector público e o sector privado para a gestão de serviços públicos e para o financiamento, construção e exploração de infraestruturas, tem sido a base jurídico-contratual mais utilizado no nosso país e na generalidade dos países da União Europeia.

Na nossa Região será esta a primeira vez que se utilizará este potente mecanismo de intervenção, que envolve parceiros e fundos privados na construção e na gestão de obras públicas.

Foi esta a forma que o Governo Regional encontrou, e que julga ser a melhor, para complementar o valor de investimento contido nos planos de investimento da Região e para potenciar a utilização dos fundos estruturais da União Europeia, assim também se superando muitas das dificuldades que nos foram criadas pela oposição no tempo em que dispunha de maioria absoluta nesta Assembleia.

Com a utilização desta parceria público-privada será possível complementar o investimento directamente efectuado pelo sector público



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

regional em mais cerca de 42 M.c. até ao ano de 2006, ano em que se prevê esteja em exploração a totalidade da rede concessionada.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Foi só S. Miguel que foi atingido e vocês estão aí todos calados.

**O Orador:** Com a utilização desta parceria público-privada será possível acelerar, de forma radical, a construção de uma importante rede de estradas até 2006, assim antecipando, em muitos anos, o impacto positivo das novas acessibilidades no desenvolvimento económico e social das populações beneficiadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:  
O objecto do diploma que aqui estamos a apreciar constitui inquestionavelmente, matéria de interesse específico para a Região Autónoma dos Açores, a quem é cometida competência para legislar sobre a matéria.

Após a aprovação deste Decreto Legislativo Regional o Governo Regional fica com a incumbência de promover a sua execução para o que deverá, mediante Resolução a aprovar em Conselho de Governo:

- elaborar e aprovar o programa do concurso e o caderno de encargos;
- deliberar a abertura do concurso público e promover a publicação do respectivo anúncio no J.O.C., no Diário da República e num jornal de expansão nacional e outro de expansão regional.

Concluída esta fase do processo, e para que seja possível adjudicar a concessão ao concorrente seleccionado, será necessário, uma vez mais, o Governo Regional propor a esta Assembleia um novo Decreto Legislativo Regional onde constarão as bases da concessão.

Somente depois da aprovação deste outro Decreto Legislativo Regional e que o Governo Regional poderá celebrar o contrato de concessão, o que se



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

espera poder fazer, se não houver qualquer deslizamento de prazos, somente no final do próximo ano de 2002.

Estamos profundamente empenhados neste projecto, que vai ser desenvolvido em parceria com o sector privado.

A sua boa execução, cuja fase de investimento se prolongará até 2006, constitui, sem dúvida alguma, o melhor complemento de investimento do P.M.P. 2001/2004 aprovado o ano passado por esta Assembleia e também do documento semelhante que não deixara, igualmente, de ser aprovado para o quadriénio seguinte.

Com a utilização, pela 1ª vez na Região, deste importante instrumento financeiro, estamos a introduzir mais um factor de modernidade e de dinamismo na nossa economia e a antecipar o futuro em alguns anos mais. O mesmo é dizer: a acelerar um pouco mais o processo de convergência com o Continente Português e com a União Europeia.

Tenho dito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atento aos esclarecimentos e às explicações do Sr. Secretário, naturalmente, fica notório para todos que é uma novidade esta lógica de financiamento na Região Autónoma dos Açores, geradora, aliás, de grandes expectativas e também inovadora na perspectiva jurídica que possa envolver esta solução de financiamento de projectos de parceria público e privado.

Acompanhando com todo o cuidado as explicações do Sr. Secretário e numa leitura também à própria proposta de diploma e ao enquadramento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

normativo em que ele se baseia, infelizmente, fiquei ainda assim com algumas dúvidas que gostaria que o Sr. Secretário nos pudesse esclarecer com a tranquilidade possível para estas matérias que, sendo inovadores, ainda subsistem algumas dúvidas.

Defende o diploma que este enquadramento é feito com base na lei de bases das vias rodoviárias e cita mesmo o nº 7 do artigo 15º da Lei 10/90, de 17 de Março.

Ora bem, eu presumo ser possível interpretar o artigo 15º desta lei de bases, tendo em conta que existe uma regra para a construção, conservação e exploração da rede de estradas e que esta construção compete à Administração Central.

Depois existe uma extensão que admite a construção e a exploração, e cito: “auto-estradas e grandes obras de arte, nomeadamente pontes e túneis integradas na rede de estradas nacionais, poderão ser objecto de concessão a atribuir a empresa constituída expressamente para esse fim”.

Em face disto, o que eu gostava de perceber, Sr. Secretário Regional, é se, após esta previsão legal, não havia necessidade de haver um desenvolvimento desta lei de bases para atender às especificidades das Regiões Autónomas, isto é, antes de se partir logo para um diploma especial, nos termos do nº 7, para a concessão, prever legalmente no quadro normativo regional ou mesmo nacional a possibilidade de concessões para determinadas obras que não apenas as auto-estradas e as grandes obras de arte?

Esta é uma dúvida, para a qual parece que não há resposta no próprio diploma nem no esclarecimento que o Sr. Secretário acabou de fazer na explicação do diploma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Aguardava a sua confirmação sobre se, de facto, não tem dúvidas jurídicas em relação ao enquadramento legislativo desta proposta do Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de fazer algumas observações genéricas ao diploma que temos entre mãos e começaríamos pelo seguinte:

Em primeiro lugar, reconhecer que esta inovação que aqui é proposta, na nossa perspectiva, é reconhecidamente importante e traduz, de facto, um instrumento que a ser utilizado pela nossa Região poderá contribuir para a resolução de alguns dos problemas que reconhecidamente nos afectam.

Diria até que nos parece ser uma matéria demasiado importante para estarmos hoje aqui a discutir um pouco psicologicamente de forma apressada e temos todo o tempo do mundo para a discutir, mas como V. Exas. sabem, o nosso principal ponto da ordem de trabalhos está ainda por cumprir e, por conseguinte, há uma certa pressão que, na nossa perspectiva, retira alguma disponibilidade ou aquela que nós gostaríamos para a abordagem deste diploma, o que na nossa óptica é uma penalização.

De resto, reconhecemos a importância, mas não reconhecemos a urgência e na nossa perspectiva poderia haver momentos próximos mais adequados para isso.

Uma terceira observação e esta parece-nos uma pertinência, sob o nosso ponto de vista parlamentar, porque custa-nos a aceitar que esta Assembleia queira decidir definitivamente sobre esta matéria sem, por exemplo, ouvir os parceiros sociais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

V. Exa. introduziu na sua intervenção que isso era inovador, que era uma parceria.

Ora bem, é tradição desta Casa ouvir, permitam-me a expressão, por tudo e por nada, os nossos parceiros sociais, uma regra de ouro desta Assembleia. São raros os diplomas, na área económica, que não são submetidos ao parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e agora que temos entre mãos talvez o mais importante diploma de parceria entre a Região e os privados, esta Assembleia não sente a necessidade de ouvir a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores?

Deixo esta interrogação, à semelhança de outra que já foi aqui lançada pelo Deputado Bolieiro, que também deixo à ilustre consideração, sobretudo dos deputados da bancada do Partido Socialista, porque a partir do momento que não é necessário ouvir os empresários dos Açores sobre a maior oferta que em 25 anos lhes é feita, acho que estamos conversados quanto ao futuro e quanto a qualquer argumento que eventualmente venha a ser utilizado no sentido de ouvir a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Portanto, apelava para este particular ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a coerência de que aguardamos sempre, para que se possa fazer luz sobre esta matéria, sobretudo explicar-nos por que razão este diploma não é submetido a parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Por que é que vamos dispensar a opinião daqueles que ao cabo e ao resto serão os executores deste diploma?

Quarta questão:

O Sr. Secretário salientou na sua intervenção o seguinte: “não temos qualquer dúvida, esta iniciativa tal como é apresentada pelo Governo é de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

fundamental importância para atacar de frente os problemas rodoviários da ilha de S. Miguel”. É sua exclusiva preocupação resolver os problemas rodoviários da ilha de S. Miguel, por isso mesmo concluímos que é importante para Açores. Se visa resolver os problemas rodoviários da ilha de S. Miguel, obviamente é importante para os Açores.

As perguntas que eu fazia a V. Exa. e ao Governo são as seguintes:

Por que razão é que o Governo não pensou também na utilização de tão importante instrumento para resolver os não menos importantes, embora em menor dimensão, problemas rodoviários de outras zonas da nossa Região Autónoma?

É intenção do Governo vir a introduzir em Janeiro um “project finance” para a ilha Terceira? Em que mês vem um “project finance” para a ilha do Pico? E continuamos por aí fora, uma vez que o Governo opta deliberadamente por resolver de forma parcial os problemas rodoviários de cada uma das ilhas dos Açores, sem prejuízo do plano que estabelece nesse domínio.

Ainda sobre este ponto de vista, gostaria que o Sr. Secretário me explicasse o relevo para a introdução no “project finance” da Rotunda de Belém? É um pequeno pormenor na especialidade.

Gostava ainda de perguntar ao Sr. Secretário se a Rotunda de Belém com 0,4 km, para além do significado religioso da dita, tem mais algum para arredondar para os 90 km de estrada esses 0,4 da Rotunda de Belém? Se é lá que vai ficar a estátua que vai simbolizar esta obra? Isto para aqueles que vão pagar isto saberem que vão pagar a estrada que mal se pode utilizar e ficarem a saber que foi aquele Sr. Secretário das Finanças que no ano 2000 inventou este projecto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Eu julgo que o Sr. Secretário falou ali em coisas importantes e houve outras, pelos vistos, que não falou.

Lembrou-se da oposição e não se lembrou de outras coisas que nós precisávamos saber, mas refere que é um acto de coragem e de inteligência antecipar o futuro. É sim senhor. É um acto de inteligência antecipar o futuro, mas com limites, Sr. Secretário, porque se no passado muita gente tivesse antecipado o futuro, o senhor e eu já não estávamos cá,...

*(Risos da bancada do PSD)*

... porque uma das questões que tem a ver com essa filosofia é exactamente compatibilizar o investimento e o seu prazo de prestação e dou como exemplo: comprar um máquina de lavar para pagar em 15 anos é um problema, porque a máquina de lavar perde a sua funcionalidade, a pessoa passa a lavar à mão e tem o problema de estar sempre a pagar a prestação da máquina.

Aplicando este raciocínio em muitas outras questões, V. Exa. sabe, pela sua formação, que para haver alguma moralidade no processo terá que ser compatível com o objecto desse contrato.

Portanto, já que não podemos perguntar agora às gerações futuras o que é que pensam disso, gostaríamos de dar um pequeno contributo: por exemplo há investimentos de fundamental importância para a nossa Região que, eventualmente, poderiam e deveriam ser objecto de enquadramento em “project finance”, nomeadamente a construção de hospitais. Por que não?!

V. Exa. preocupou-se em atirar coisas para a oposição e não se preocupou em dar essa informação que nos tranquilizaria a todos. Era muito mais lógico, por exemplo, uma infraestrutura que tem à partida uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

durabilidade de muitas dezenas de anos estar associada a um projecto desta natureza e, portanto, também gostaríamos de saber qual é o plano de médio prazo do Governo Regional em matéria de “project finance”, porque estamos às escuras.

V. Exa. traz-nos isto, - não ouvimos parceiros e pelos menos até agora ninguém se preocupou com isso – temos que votar dentro de alguns minutos e o nosso voto está garantido, mas o que nos preocupa é essa visão, digamos, de navegação à vista. Isto é a contradição de todas as boas normas de programação, de planeamento e de informação desta Assembleia.

Nós sabemos o que está no nº 2 do artigo 8º e isso tranquiliza-nos muito.

V. Exa. informou que isto vai ser publicado no Jornal Oficial das Comunidades e julgo que disse que era a preto e branco ou se tem dúvidas que vai ser a preto e branco ou azul e branco.

V. Exa. deu-nos informações preciosas, mas não nos deu essa e devia aí ter sido sincero e ter dito qual era a política do Governo nessa matéria, porque só agora é que estamos a preparar o início do segundo ano deste mandato.

Depois em matéria de prazos V. Exa. – e não queremos antecipar o caderno de encargos – também podia ter tranquilizado esta Assembleia sobre os prazos previstos para os projectos que aqui estão incluídos.

Portanto, era este conjunto de questões mais sobre a forma de dúvida que gostaríamos de ver esclarecido por V. Exa..

**Presidente:** Sr. Secretário, há pouco não tomei nota, mas penso que terá pedido a palavra logo a seguir à intervenção do Sr. Deputado Bolieiro.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Eu só pedi a palavra agora.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Presidente:** Então vai falar em primeiro lugar o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção sobre esta matéria, que é nova e começava exactamente por aqui as considerações que quero fazer.

Se é verdade que nesta Casa são discutidas por vezes matérias inovadoras, então essa verdade aplica-se a este caso. Trata-se, de facto, duma matéria inovadora. Trata-se duma matéria inovadora aplicada em muitos outros sítios, mas não aplicada nem falada na Região

E repare-se:

Não quero deixar de à cabeça colocar a estranheza e a preocupação que de algum modo sinto pelo facto de aqui há sete meses atrás termos estado a discutir, através do Plano de Médio Prazo, o investimento público para o período de 4 anos e não ter aparecido sequer esboçadamente, sequer referenciado por duas palavras a possibilidade, neste período, de se poder recorrer a este mecanismo das parcerias público/privadas. Efectivamente não foram feitas referências a este mecanismo de financiamento.

Na realidade financeira e política que vivemos, queria deixar aqui dito que o recurso a este mecanismo de investimento é não só legítimo, como defensável e até quase obrigatório.

Vivemos num período com critérios de convergência muito apertados, com a dívida pública limitada, com a possibilidade de recursos à dívida pública com tectos muito baixos e, portanto, pode ser um caminho, mas isto não invalida a preocupação de ser um caminho que se pretende que esta Assembleia delibere, e pelo que parece assim vai suceder, depois de um brevíssimo percurso de 15 dias a três semanas de uma discussão que teve



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

pontos de interesse na Comissão de Economia, mas que não foi aprofundada em termos de enquadramento jurídico, nem em termos da consulta aos parceiros sociais, conforme os Srs. Deputados Bolieiro e Alvarino Pinheiro respectivamente referiram, nem noutros termos que têm a ver com o desenvolvimento regional.

Nós estamos aqui todos, e não será nenhuma expressão exagerada da minha parte dizer todos empenhados, porventura com ideias, projectos e metodologias diferentes, mas empenhados no desenvolvimento regional.

Estamos todos aqui à sombra de um Estatuto da Região Autónoma dos Açores que estabelece como um dos seus princípios fundamentais, o princípio do desenvolvimento harmonioso da Região, do desenvolvimento harmónico de todas as ilhas da Região.

Estamos também todos aqui à sombra duma realidade que vê que a Região é composta por nove ilhas de dimensão diferente, com peso demográfico diferente e com realidades económicas diferentes e é evidente que também, constatando isso, estamos todos disponíveis para encontrar soluções diferenciadas para os problemas que em cada ilha se levantam nos mais diversos campos, mas isto tem que ser discutido, aprofundado e tem que ser visto com olhos de ver nos momento próprios, que são os momentos que antecedem as decisões.

Sinto estranheza por esta matéria não ter sido aflorada e reparem no seguinte: normalmente quando se tratam de inovações, as inovações têm os seus percursos, ou seja, começa-se a falar, começa-se informalmente a trocar opiniões, começa-se a ver qual seria a consequência do recurso disto e daquilo para a realidade que temos, depois passa-se do informal para o mais formal até que as entidades se sentem capazes de tomar decisões.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Neste caso não aconteceu assim e não queria deixar de expressar estas preocupações, porque são preocupações que começam a ter expressão na opinião pública e às vezes da pior forma, às vezes de forma distorcida, às vezes de forma não ligada à realidade, especialmente à realidade da nossa diversidade e essa realidade pesa e tem que pesar muito nas decisões.

Não pode haver soluções iguais para o mesmo problema em todas as ilhas, nem do ponto de vista quantitativo nem das metodologias usadas, etc., mas não deixar de discutir isto, não podemos deixar de ter isto presente quando vamos tomar decisões.

Esta Assembleia, como disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, provavelmente daqui a uns minutos vai tomar uma decisão inovadora, vai tomar uma decisão sobre uma matéria nova que vai abrir outros caminhos, vai tomar uma decisão que implica, se ela tiver a devida sequência e se não tiver nenhum deslizamento nos seus prazos, como o Sr. Secretário referiu, a assunção de um encargo para 30 anos, mas que implica também a assunção de metodologias diferentes daquelas que até à data se usaram para tratar os problemas. É preciso que tenhamos consciência disto e não podemos todos fazer isto, simplesmente porque dá jeito fazer agora.

Portanto, gostava de colocar a questão exactamente do ponto de vista estritamente político, que não parlamentar, porque este ponto de vista político, que quero sublinhar, é político porque é governativo e é político porque é parlamentar, porque obriga à propositura governativa e obriga à decisão parlamentar.

Deste ponto de vista político seria muito mais correcto, na nossa óptica, que esta decisão fosse precedida ainda de um outro aprofundamento, de outras audições e de outras formas de encarar o problema.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Portanto, esta ponderação dos pontos jurídicos, dos pareceres e do que isto significa, seria importante fazer-se bem.

A terminar, gostava também de frisar que não estamos fechados à solução, não estamos fechados a um recurso deste mecanismo, de forma nenhuma, mas queremos contribuir para que se ganhe consciência do que estamos a fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo dos esclarecimentos que serão prestados pelo Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento e dos Srs. Secretários Regionais que directa ou indirectamente tenham a ver com as matérias em causa, eu gostaria apenas de frisar, do ponto de vista da orientação política do Governo em relação a esta matéria, que este processo tem início no próprio programa do Governo, na própria proposta de Plano de Médio Prazo, mas também tem um início formal através da publicação da Resolução, salvo erro, 68/2001, de 17 de Maio, em que se inicia este processo frisando nesta decisão que numa primeira fase estes projectos se destinarão à resolução de problemas relativos ao sistema rodoviário da Ilha de S. Miguel.

Por minha orientação está a ser estudados também, pelas equipas que têm prestado apoio de consultadoria ao Governo Regional, a possibilidade de inclusão de outros projectos que têm um estudo diferenciado em função da sua dimensão e concretamente estão a ser estudadas outras três possibilidades:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Uma delas é a possibilidade de fazer ou não fazer, através deste modelo, associado ou não associado a este “project finance”, a obra de reabilitação num percurso de 23 km, Angra/Praia, com a construção do 5º troço e de iluminação de toda a extensão dessa via.

Outra é a possibilidade do hospital de Angra vir a ser construído e concessionado através deste modelo.

E outra ainda que está a ser estudada tem a ver com a situação dos portos na Região Autónoma dos Açores, e poderá incluir a construção de um dos portos e a concessão ou não de alguns deles.

São matérias que estão a ser avaliadas, que têm em consideração um domínio de preocupações que o Sr. Deputado do Partido Popular pareceu estar a exprimir na sua intervenção e que naturalmente terão que ser consideradas cada uma delas pela economia ou deseconomia que poderão representar do ponto de visto do modelo escolhido do seu financiamento e todas elas no seu conjunto, pela oneração que pode vir a suscitar ou não, em termos globais, para as finanças públicas e para o curso normal do planos de desenvolvimento regional.

Como ficou claro, esta é uma primeira fase que avança já em função do avanço verificado nos domínios de projecto e de construção das obras que aqui estão referenciadas, não se excluindo, estando já a ser estudadas outras possibilidades de recursos a este modelo de financiamento, sendo certo que o Governo Regional preocupar-se-á sempre em tornar transparentes os custos associados a este modelo de financiamento e aquilo que representará no futuro.

Também é certo que a nossa preocupação de moderação, em relação a estas matérias, está espelhada no facto de nós sermos o último Governo do país a recorrer a este modelo de financiamento, visto que a Região



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Autónoma da Madeira já tem hoje centenas de milhões de contos de projectos desta natureza.

Vejo também que algumas autarquias locais, pela voz dos seus candidatos, até terão projectos maiores do que este que nós hoje apresentamos para o sistema rodoviário na ilha de S. Miguel.

Portanto, é com esta vontade de tornar transparente e claro este processo que aqui o colocamos.

Eu creio que a Assembleia Legislativa Regional está na posse de todos os dados necessários para avaliar o que aqui está em causa e em outras circunstâncias será também necessário sempre, como o foi agora, o recurso à Assembleia Legislativa Regional para avançar com outros projectos ou não neste ou noutros domínios.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento**

*(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é muito curial eu falar depois do Sr. Presidente do Governo Regional, mas foi a ordem das inscrições que assim o determinou.

No entanto e tal como se depreendeu da intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional, cabia-me a mim também esclarecer alguns pontos que deliberadamente não foram abordados na intervenção do Sr. Presidente.

Começando pelos fundamentos legais desta proposta, é óbvio que estes estudos que nós temos vindo a efectuar nos últimos tempos e pela própria natureza dos processos do “project finance” requerem assessorias jurídicas, financeiras e técnicas, porque isto é matéria muito complexa e requerem o maior cuidado na sua preparação e não há dúvida que a assessoria jurídica



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

que nós recorremos diz inquestionavelmente que as matérias em causa (vias de comunicação, trânsito e transportes terrestres) são matérias da competência específica da Região Autónoma dos Açores a quem é cometida a competência para legislar e administrar.

É precisamente no uso dessas competências, fundamentadas no próprio Estatuto e na própria Constituição da República Portuguesa, que nós estamos aqui a apresentar esta proposta que é o início de um processo, processo este que, tal como disse na minha intervenção, somente culminará no final de 2002 e após vir novamente a esta Assembleia com outro decreto legislativo regional para legitimar a concessão que pretendemos fazer a quem ganhar o concurso que será lançado o mais rapidamente possível, por forma a que se cumpram este calendário que tencionamos desenvolver.

Por outro lado, um projecto desta natureza, visando a construção de 94 km de estrada, não é a mesma coisa que comprar uma máquina de lavar. A máquina de lavar tem um período de cinco anos de uso. Ao fim de cinco anos pagou-se e será um grande erro se alguém comprar uma máquina de lavar utilizando um financiamento em quinze anos, porque estará a pagar qualquer coisa, mas menos a máquina de lavar.

Neste caso concreto, e aqui também se levanta o problema da equidade entre as gerações, o que vamos fazer é, no presente, mais concretamente até 2006, um conjunto de grandes investimentos que comportam também na própria natureza do projecto a sua manutenção e conservação e que perdurará durante o período da concessão que é de trinta anos.

Mas mais:

Durante esses trinta anos não há dúvida nenhuma que as gerações, que somos nós e os nossos filhos, que vão utilizar estas vias de comunicação,



estão a pagar o seu preço pela sua construção, manutenção e conservação, ou seja, o preço da sua existência.

E mais, Sr. Deputado:

Quem vier a partir do trigéssimo ano é que vai receber essas infraestruturas de borla e novas, porque elas vão ser conservadas e terão que estar em perfeitas condições de funcionamento daqui a trinta anos.

Agora, o que poderá suceder daqui a trinta anos é que seja necessário aumentar para 4 vias aquelas estradas que têm duas, aquelas que têm 4 vias aumentar para 6, mas isso é outro problema. As estradas que estão a ser utilizadas persistem durante os trinta anos e durante este espaço de tempo estão a ser pagas pelas gerações que as utilizam e a partir do trigéssimo ano as novas gerações terão que fazer investimentos complementares do que já existe, porque o que já existe é-lhes transferido sem qualquer ónus, sem qualquer encargo.

Por outro lado, o facto de isso ser um instrumento inovador, como já foi referido, fomos a última região a utilizá-lo e é um projecto que requer uma certa dimensão para atrair investimentos privados.

Se for fazer um “project finance” apenas para uma estrada pequena ou apenas para a construção duma casa, sem ser com características, por exemplo, de um hospital que já tem outra dimensão, ninguém concorre a isto. Portanto, temos que garantir uma determinada dimensão para isto ser atractivo para a iniciativa privada.

Por outro lado ainda, os Deputados Alvarino Pinheiro e José Decq Mota falaram na necessidade de consultar a Câmara de Comércio para isto. Srs. Deputados, eu acho que isso é perfeitamente desnecessário, porque as Câmaras de Comércio sabem melhor do que o próprio Governo como é que funcionam esses instrumentos financeiros e já tenho conhecimento de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

que só à volta do anúncio que está feito, da intenção de fazer um “project finance” já há muitos privados a movimentarem-se e a organizarem-se para serem concorrentes a este projecto e muito bem, sem necessidade de provocar uma audição à Câmara de Comércio, porque não está aqui em causa nenhuma alteração aos direitos da Câmara de Comércio.

Isto é mais uma oportunidade que se oferece aos associados ou não associados da Câmara de Comércio, porque é óbvio que pode concorrer uma empresa, um empresário ou um conjunto de empresários que nem sequer está filiado na Câmara de Comércio.

A nossa pretensão é que os empresários regionais se organizem e que utilizem esse instrumento mais como um factor de fortalecimento do tecido empresarial da nossa Região. É por isso que não vemos qualquer interesse em fazer mais qualquer auscultação.

Por outro lado, trata-se de um projecto já sobejamente conhecido em todo o país e na Região Autónoma da Madeira. É a primeira vez que um projecto deste tipo vai ser desenvolvido aqui e vai ser estruturado da forma mais clara e transparente possível, desde o início do seu processo, que é precisamente agora neste momento o que estamos aqui a fazer.

Teremos nos próximos meses e até voltarmos novamente aqui a esta Assembleia um decreto legislativo regional contendo as bases da concessão, e aí novamente aprofundaremos ainda mais em pormenor aquilo que existe agora, porque entretanto há estudos que vão continuar.

As bases da concessão já estão lançadas. O caderno de encargos já foi lançado e já se sabe concretamente quais os valores associados a todo este empreendimento.

Ainda, por outro lado, depois da sua execução o Tribunal de Contas terá que visar tudo isto desde o seu início e o Governo, a Assembleia e o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Tribunal de Contas terão sempre, durante todos os anos que durar a concessão, a faculdade de fiscalizar os actos da concessão, cabendo mesmo ao Governo alguns meios para, inclusivamente, resgatar a concessão caso ela se desvie dos objectivos inicialmente traçados.

Creio, Sr. Presidente, que foram estas as questões mais pertinentes que me foram colocadas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

**Deputado Cabral Vieira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de também fazer algumas considerações sobre esta matéria.

Em primeiro lugar dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro – ele está ao telefone, mas não há problema, pois não é nada demasiado importante – que a Rotunda de Belém está integrada dentro de um determinado troço rodoviário e não fazia sentido fazer a manutenção do restante troço e deixar a Rotunda de Belém de fora. Portanto, é um troço rodoviário que vai do Aeroporto/São Gonçalo, São Gonçalo/Rotunda de Belém e depois até ao Nó da Manguinha e está dentro do mesmo troço rodoviário e não fazia qualquer sentido deixá-lo de fora.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é a ordem do dia?!

**O Orador:** Não, é um trabalho que eu fiz. Deve-se ter enganado.

Uma outra questão que se coloca relativamente a este tipo de financiamento, que é extremamente importante, é que consegue antecipar bastante no tempo alguns investimentos importantes. Aliás, a única forma de os realizar tem a ver, como diz o Sr. Secretário, com a questão da equidade entre gerações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Penso que há alguma razão para colocar isso, mas interessa pensar um pouco da seguinte forma: isto não é um bem de consumo imediato, mas um bem de investimento e penso que não há qualquer problema em passar encargos através de gerações, desde que com esses encargos também se passe os correspondentes benefícios. Penso que é exactamente o que se passa nesta matéria. Se assim não fosse nunca se fazia nada, nunca se investia.

Uma outra questão que o Sr. Secretário também referiu, tem a ver exactamente com a questão dos trinta anos e, portanto, se há uma geração ou gerações que não vão ser prejudicadas com este tipo de investimento são exactamente aquelas que aparecerem ou que viverem depois de trinta anos. Aliás, isso também aconteceu connosco, porque hoje temos um património que herdámos do passado, nomeadamente monumentos e igrejas que alguém financiou em determinada altura e nós não estamos nada infelizes com isso e as futuras gerações não vão também ficar infelizes necessariamente.

Também não havia nenhuma razão para que as gerações actuais pagassem agora e já na totalidade, se é que isso era possível, - mas neste caso concreto há vários investimentos que não serão – todos os consumos rodoviários das gerações futuras.

Este investimento acontece no âmbito de um grande projecto de investimento. Isto é uma outra questão que neste caso não havia qualquer tipo de equidade, digamos assim, entre as gerações. Portanto, a questão da equidade tem a ver com passar custos com os respectivos benefícios através de gerações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Uma outra questão que se levanta também no âmbito deste projecto e que tem suscitado algumas dúvidas tem a ver com a questão da despesa e do seu controle.

Em princípio nenhuma das regras de orçamentação é violada neste tipo de financiamento. É também minha opinião que não há também aqui nenhum tipo de desorçamentação, contrariamente àquilo que por vezes se coloca.

O orçamento é um mapa de fluxos, não é um mapa de stock, ou seja, o stock da dívida não é orçamentado, mas sim a receita proveniente da dívida que é um fluxo. Aqui só está orçamentado um fluxo que é o fluxo do encargo quando a despesa vier a ser realizada, daí que a dívida em si não é orçamentada. Não há nenhum mapa no orçamento que tenha lá o stock da dívida, mas sim o fluxo de receita proveniente da dívida. Portanto, não é um mapa de stocks, é sim um mapa de fluxos.

Penso que aqui todas as regras de orçamentação e do próprio controle, digamos assim, quer ao nível da Assembleia Legislativa Regional, quer ao nível do próprio Tribunal de Contas, são cumpridas e, portanto, há controle sobre esta matéria.

Além de tudo isto há um ponto relativamente importante que é o seguinte: na minha opinião as sessões de desorçamentação e da falta de transparência não existem num processo desta natureza.

Têm uma grande vantagem, penso eu, que é ser a única forma de realizar investimentos bastante necessários ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Apenas mais algumas observações breves.

Efectivamente, conforme disse o Sr. Presidente, este processo foi iniciado com a Resolução 68/2001, de 17 de Maio e como Maio é depois de Abril, reforça a minha estranheza não se ter falado nisto antes em termos menos formais e poderia ter dado mais espaço o facto de ter sido falado em Maio para que o tempo de tramitação, de reflexão e de debate nesta Assembleia pudesse, de facto, também ter sido outro.

Quando o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro referiu em primeira mão e eu secundeiei a questão da audição da Câmara de Comércio, não era para ouvir sócios ou não sócios da Câmara de Comércio como o Sr. Secretário das Finanças falou, era para ouvir um parceiro social reconhecido como tal no nosso ordenamento jurídico, que tem a ver com a economia da Região.

Pelas declarações do Sr. Secretário Regional possivelmente o Governo ouviu pelos menos empresários e deu nota de que já há empresários a organizarem-se para isto. Eu como deputado regional desconheço isso totalmente.

A questão foi posta exactamente nesses termos e não noutros, não era um processo de demora, mas sim um processo de aprofundamento. Há aqui dois conceitos diferentes. Não é para demorar nada, é para aprofundar tudo. São duas coisas distintas. Pode-se fazer em pouco tempo muito mais.

A partir de Maio quando o Sr. Presidente entendeu desencadear este processo, dava tempo de haver uma tramitação que envolvesse o Parlamento e os parceiros sociais doutra maneira. Não foi feito e a vossa escolha foi não fazer isso.

Entretanto, o Sr. Presidente diz que a Assembleia está na posse de todos os meios necessários.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

No que respeita a esta bancada, nós temos a consciência clara, e o nosso procedimento terá a ver com isto, de que há um déficit de debate e de reflexão sobre esta matéria, mas também estamos, por nenhuma razão de fundo, contra o recurso a este tipo de financiamento.

Antes de anunciar a nossa posição, queria ainda levantar aqui uma questão que reputo de muito importante.

O Sr. Presidente do Governo na sua intervenção, e pela autoridade que tem, foi um bocado mais além, pondo a hipótese doutros projectos, - aliás, o Sr. Secretário também o referiu na Comissão - nomeadamente a junção de uns quantos quilómetros de estrada na Terceira e, eventualmente, a construção do novo hospital da Terceira ou de portos que venham a ser necessários, serem feitos por esta via.

Portanto, o Sr. Presidente abriu aqui, no uso da sua responsabilidade e autoridade política, a expectativa da possibilidade desta forma de financiamento ser usada para outros grandes projectos.

Há ainda um ponto, embora não suficientemente esclarecido pelo Sr. Secretário Regional, que gosta de ver esclarecido.

Este mecanismo cria encargos que saem depois nas despesas correntes do orçamento, que vão atingir determinados montantes e por determinado prazo. Assim sendo, gostava de saber se nas projecções, na reflexão e na discussão que o Governo fez sobre este assunto, que foi muito mais profunda do que esta feita na Assembleia Regional, e faço fé nisto para bem da Região Autónoma dos Açores, em que grau foi ponderada a possibilidade de, através do Plano, no futuro, ou seja, para o resto deste PMP e para o quadriénio seguinte, etc., poderem ser disponibilizados meios para, com outra forma de financiamento, poder-se acorrer noutras ilhas ao mesmo problema que agora este projecto resolve numa das ilhas?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Qual a ponderação feita sobre a possibilidade de sistemas rodoviários doutras ilhas, doutra dimensão, poderem ser mais aceleradamente feitos do que estão previstos até ao momento, atendendo a que é adquirido a prazo uma obra muito grande numa das ilhas, diversificando o encargo por trinta anos?

Uma última observação que gostaria de fazer: o Sr. Secretário Regional diz que os nossos filhos e netos vão receber daqui a trinta anos esta obra de borla e o comentário que faço é muito simples: vão receber este património que resultar deste projecto como nós recebemos património de trás. A vida é feita assim mesmo e, portanto, não se pode estar a quantificar, mas também vão pagar os encargos que agora vão ser cedidos.

Penso que não podemos pôr a questão nesses termos. Temos que pôr a questão da importância ou não do investimento, da importância ou não do recurso ao método, da importância ou não da obra que é seleccionada. Tudo isto é importante.

A discussão não deixou de ser deficitária, embora renove o voto muito sincero de que o Governo tenha discutido muito melhor do que a Assembleia para termos um pouco de confiança de que o processo tem solidez.

Agora sim, anuncio a nossa posição.

O artigo 8º deste decreto legislativo regional prevê que é necessário um outro decreto legislativo regional, com as regras da concessão para que este processo possa definitivamente entrar em funcionamento.

Nós nessa altura vamos decidir a nossa posição definitiva sobre este projecto concreto. Neste momento não o inviabilizamos e por isso vamos abster.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.



**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que introduz um novo instrumento no ordenamento financeiro regional. Isso é indiscutível e como tal temos que o analisar em toda a sua plenitude, em toda a sua profundidade e longitude.

A questão que eu queria aqui pôr era de que, de facto, este instrumento, sendo novo, é importante e interessante, quer para o Governo Regional, quer para qualquer outra entidade que possa ter acesso a este tipo de instrumentos.

Também não quero deixar de pôr aqui uma questão que me parece essencial para ser reflectida por todos nós.

É que ele é tão importante, quanto perigoso e perigoso, porque, independentemente da entidade, independentemente do governo que ali esteja, tem que ser utilizado com ponderação e com moderação. Ponderação e moderação, porque estamos a assumir encargos para as gerações futuras, embora se perpetue também, e muito bem, não passar para essas gerações o correspondente investimento, mas não estamos a deixar de passar-lhes este ónus. Até aí tudo muito bem.

Agora, a questão que eu penso que se deve pôr aqui é qual o limite? S há limites para o indvidamento, qual o limite para a utilização deste instrumento?

É uma questão que eu ponho à vossa reflexão, porque é preciso perceber que não é uma questão de sermos nós, vós ou aqueles senhores que estão ali sentados, mas quem quer que venha. Nós estamos a introduzir um novo instrumento que tem que ter uma limitação de utilização, tem que ser



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

aplicado em investimentos prioritários e tem que ponderar o custo/benefício desses investimentos.

Não estou a fazer nenhum juízo de valor neste momento, Sr. Secretário Regional, sobre os projectos que escolheu ou sobre a forma como vai concretizar a utilização deste instrumento. Não estou a fazer nenhum juízo de valor sobre isso, estou a deixar à reflexão a necessidade de se utilizar este instrumento com ponderação e com moderação, tendo em conta que é um instrumento poderoso, mas tão poderoso quanto perigoso.

Há questões que se põem em seguida e uma já deixei no ar: qual o limite para a utilização deste instrumento?

Como é que se contabilizam as rendas deste instrumento? Despesas correntes, despesas de capital, serviços da dívida, encargos com a dívida, passivos financeiros?

Contam para os limites previstos na Lei de Finanças das Regiões Autónomas para os encargos da dívida que não podem ultrapassar 25% das receitas correntes? São questões que estão no ar, porque se não contam nem esse limite tem. Portanto, há limites ou não há limites?

Já agora se me pudesse dizer, uma vez que disse que já havia alguns desenvolvimentos, qual é o custo percentual estimado anualmente para este tipo de investimento, 8, 9, 10 ou 20% do investimento e qual o prazo que está a prever para a utilização deste novo instrumento?

Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

É para responder às perguntas concretas que foram postas e para dar mais um contributo ao debate que me parece que tem sido o tom utilizado nas intervenções, não propriamente uma questão de questionar, de ser contra ou a favor disto ou daquilo, mas uma questão de melhor percepção deste instrumento que é novo, que é poderoso e que poderá ser perigoso. Aí comungo também das preocupações aqui postas, mas não agora, porque só agora é que nós estamos a iniciar isto.

Agora, o uso e abuso deste instrumento poderá ser efectivamente perigoso, na medida em que poderá acarretar uns níveis de encargos incomportáveis pelo orçamento, qualquer que ele seja em qualquer parte do mundo. Poderá efectivamente ser perigoso. Não é o caso.

Este conjunto de obras que aqui estão contempladas foram escolhidas no sentido de ganhar dimensão para que este projecto fosse atractivo pelos particulares.

Se nós formos ver a experiência que existe no Continente e na Europa, investimentos desta natureza são centenas de milhões de contos que estão em causa e em jogo para se tornarem atractivos. Nós aqui estamos com limites muito menores, mas julgamos, mesmo assim, que serão suficientemente mobilizadores e atractivos para a iniciativa privada da nossa Região, que também não tem a dimensão de outras iniciativas privadas de outras regiões maiores ou de outros países.

Quanto à contabilização das rendas, pois as rendas serão despesas de funcionamento e não despesas de investimento e constarão no Plano nas despesas de funcionamento. Claro que estas despesas não contam para o limite da dívida, na medida em que isto não é uma dívida directa da Região. Quem assume o encargo pela dívida e pelo pagamento da



dívida será o concessionário desta concessão, passe o pleonasma, que se encarregará de pagar a dívida e o financiamento que obtiver para isto.

Devo dizer também que nós aqui na Região não temos experiência deste tipo de instrumento financeiro, não temos ainda nenhum termo de comparação para compará-lo com as empreitadas tradicionais, mas há estudos no Continente e no estrangeiro que já o fazem e posso citar, por exemplo, que há estudos feitos por institutos ingleses em que estimam uma antecipação de receita fiscal, ou seja, avaliam o efeito multiplicador dos projectos em “project finance”, no caso concreto dos SCUTs, que identificam o efeito multiplicador que se situará à volta de 20%, de 1.2 e nalguns casos quase a 2 e, portanto, quase duplicam.

Quer isto dizer que esses investimentos terão que ser feitos, em antecipação, através deste instrumento financeiro, caso contrário eles não se poderão fazer, porque os planos e orçamentos na Região não têm verbas suficientes para o fazer.

Portanto, estamos a prolongar no tempo a sua realização, mas com a sua antecipação está-se também a antecipar a cobrança de receitas fiscais, o que, segundo estes mesmos estudos e para os casos que foram estudados, seriam suficientes para pagar a renda daí adveniente, o quer dizer que esse projecto em alguns casos, não sei para o caso dos Açores, mas provavelmente não o será, porque infelizmente o nosso desenvolvimento económico não tem o dinamismo e as potencialidades de meios muito maiores, vai gerar certamente também um efeito multiplicador nas receitas fiscais da Região, assim como vai inegavelmente também gerar um aumento das receitas fiscais, um aumento da actividade económica e um aumento do próprio Produto Interno Bruto regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Sendo assim, e daí que eu tenha também falado, na minha intervenção, em antecipação do futuro, nós estamos a acelerar o nosso processo de desenvolvimento económico.

Quanto a outras possibilidades de aplicação deste instrumento financeiro, pois as potencialidades e as oportunidade também são muitas.

Relativamente ao limite eu não vou dizer que o limite é o céu, porque não é. O limite serão as nossas possibilidades e capacidades de pagamento das rendas daí advenientes que serão tanto maiores quanto maior o nosso desenvolvimento económico.

Mas, Sra. Deputada Berta Cabral, não se preocupe com o limite, porque nós viremos sempre aqui a esta Assembleia pedir autorização para o fazer e se chegar ao momento em que esta Assembleia entenda que se atingiu o limite, pois é óbvio que o projecto que estiver em causa não será, mas antes disso nós próprios saberemos e teremos o cuidado de também estipular e de ter a percepção do limite para isto.

Quero dizer também que ainda se podem fazer outros “project finance” aqui em S. Miguel. Já foram aqui colocados alguns exemplos e poderão haver mais, basta agora fazer uma comparação custo/benefício, de eficiência e de eficácia, de oportunidade de o fazer sobre esta forma de financiamento ou sobre outra qualquer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de insistir no sentido de me poder esclarecer relativamente a outras questões que lhe pus, designadamente qual é o custo da obra? Qual o prazo que prevê?



Ainda em relação aos limites penso que não percebeu a questão que lhe pus, porque obviamente isto não conta para os limite de endividamento do ponto de vista do stock da dívida. O que eu lhe perguntei foi se contava para os limites previstos para os encargos com a dívida que não podem exceder 25% das despesas correntes. Esta é que é a questão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, srs. Deputados:

Não conta nem para os limites da dívida, nem para os limites dos 25%. Os limites dos 25% tapa a dívida.

Portanto, isto não é um encargo financeiro, mas sim uma renda, Sra. Deputada.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Desculpa, Sr. Secretário, mas isso é um encargo financeiro.

**O Orador:** Isto é uma renda, Sra. Deputada, tal como o Governo quando, por exemplo, arrenda um edifício por 20 ou 30 anos não vai contabilizar como dívida nem como encargo financeiro o pagamento desta renda. Isto é uma renda, não é um encargo financeiro. É o deferimento de encargos por vários anos económicos.

Nós quando tivermos a concessão feita e tivermos estipulado os encargos que daqui advêm, certamente que estes encargos, que virão a ser conhecidos, poderão até figurar em anexo ao próprio orçamento até ao final da concessão e o Governo não se oporá a isso e até poderá fornecer todos os elementos necessários.

Neste momento esses encargos ainda não são conhecidos, porque o caderno de encargos ainda não está feito, o concurso ainda não se fez e nós



não sabemos qual o preço que os diferentes concorrentes vão oferecer. Será o melhor preço, será o preço mais baixo, será aquele que oferecer mais garantias de fazer um bom investimento e de ser um bom concessionário. Somente a partir daí é que saberemos de certeza quais os encargos e serão fixos até ao fim da concessão.

Posso-lhe dizer, Sra. Deputada, e disse-o na Comissão, que existe uma ordem de grandeza para isso. Tenho pena de não ter podido estar presente na Comissão, mas disse-o lá. Poderei repeti-lo aqui e posso-lhe dizer que será um encargo à volta dos 5 milhões de contos por ano, durante os trinta anos da concessão e a partir de 2007, porque será somente a partir deste ano que todo o investimento estará realizado.

Até lá teremos alguns encargos, nomeadamente nos orçamentos de 2003 e 2004 relativo ao pagamento da manutenção e da exploração das estradas que entretanto já estão feitas e que vão passar a ser objecto da concessão, mas os encargos serão à volta dos 5 milhões de contos por ano. O valor certo, Sra. Deputada, só o saberemos quando o concorrente o anunciar e quando nós escolhermos o concorrente que oferecer a melhor proposta. Somente aí é que poderemos estabelecer o preço.

É óbvio que nós temos estudos feitos e é esta ordem de grandeza que acabei de dizer e que serão ainda aperfeiçoados durante o prazo que faltar até à elaboração final do caderno de encargos, mas que serão mantidos em sigilo, porquanto se daríamos agora uma indicação para os concorrentes eles já ficariam a saber o preço que nós estaríamos dispostos a pagar.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Há sempre um preço base.

**O Orador:** É óbvio que toda a gente que está minimamente metido dentro destas coisas quando começarem a fazer as contas, verão que se deve situar numa ordem de grandeza à volta dos 5 milhões de contos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Quanto ao prazo, também já disse que são 30 anos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui claramente evidenciada a complexidade da matéria em causa ao nível jurídico, financeiro e mesmo político.

Aliás, de forma responsável, todos os intervenientes evidenciaram a preocupação pela medida, face à sua complexidade.

No entanto, há aqui um aspecto que continua a gerar alguma preocupação e os argumentos que foram dispendidos, apenas dois, não trazem grande solução para o problema e são até contraditórios e por isso mesmo o problema continua a existir, que tem a ver com o âmbito de aplicação desta medida, ou seja, com o pretense âmbito regional da medida, face àquele que efectivamente vai ter.

De resto, isto insere-se numa prática que vem sendo comum a este Governo e que é a seguinte: os anúncios raramente têm correspondência com a prática. Aqui é a própria proposta de diploma que encerra em si o anúncio, face à prática, que não tem correspondência, senão vejamos: no preâmbulo do diploma aquilo que se pretende anunciar é, e cito: “Este diploma visa o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma dos Açores, a melhoria substancial das condições de vida das populações da Região Autónoma dos Açores, maior dinamismo da economia da Região Autónoma dos Açores, melhoria das acessibilidades na Região Autónoma dos Açores e a redução dos desequilíbrios e assimetrias regionais na Região Autónoma dos Açores”, quando no texto se fala apenas de uma das nove ilhas dos Açores.

**Deputado João Ponte (PS):** Numa primeira fase.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** O certo é que este diploma tem este preâmbulo que faz referência a tudo aquilo que disse e o texto faz referência apenas a uma ilha.

Da nossa parte estamos obviamente a favor do investimento previsto neste diploma. Estamos a favor de se investir na ilha de S. Miguel, mas entendemos que se deve também investir nas demais ilhas dos Açores.

Este diploma, evidenciado pelo Governo aquando da apresentação, visa a resolução de problemas nos termos referidos.

O certo é que, por exemplo, na Ilha Terceira, que é aquela que melhor conheço, existem bastantes problemas ao nível de estradas, aliás, reconhecidos pelo próprio Governo Regional e pelos próprios deputados do PS enquanto candidatos. O próprio Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, em Abril do corrente, aquando da visita oficial do Governo à Ilha Terceira, anunciava 5,4 milhões de estradas na Terceira ...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso não é muita estrada?

**O Orador:** 5,4 milhões nas estradas da Terceira.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu recordava que estamos a debater um diploma na generalidade.

**O Orador:** Eu estou a fazer referência ao princípio subjacente ao diploma que estamos a discutir.

... e dizia o Sr. Secretário que o Governo Regional ia pegar nas estradas da Terceira como os terceirenses pegam na cabeça do touro, o que me faz dizer que as estradas da Terceira foram pegada pelo touro e levaram uma grande marrada.

*(Risos do PSD)*



Para além daquilo que foi previsto em termos de estradas e que estamos aqui a discutir, aquilo que estava previsto no PMP, aprovado em Março, um mês antes daquilo que o Sr. Secretário referiu, previa para estradas da Terceira investimentos que passo a referir: “Variante/ Estrada Regional 6/São Carlos, 170 km”. Plano anual zero.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*):  
Isso é para amanhã.

**O Orador:** “Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, 50 mil”.

**Presidente:** Eu insisto que isso é matéria que está a ultrapassar os limites do nosso debate, Sr. Deputado.

**O Orador:** Se o Sr. Presidente me permite, estou a tentar evidenciar o princípio subjectivo que faz parte do preâmbulo do diploma em discussão.

**Presidente:** É evidente que as interpretações podem ser mais ou menos extensivas.

Nós daqui a bocado vamos debater o Plano e o Orçamento e penso que isso é mais adequado à discussão do Plano e Orçamento e tenho que disciplinar um pouco o debate.

Portanto, agradecia que se circunscrevesse ao diploma que estamos a analisar. É só isso que lhe peço e não lhe quero retirar a palavra. Só peço alguma disciplina no debate.

**O Orador:** Se me permite, parte das estradas que estão previstas no diploma em causa, estavam previstas no PMP e no Plano anual que vamos discutir daqui a pouco. Por isso parece-me claramente pertinente que se faça referência ao suposto âmbito regional deste diploma, face àquilo que são as necessidades da Região.

Se me permite, Sr. Presidente, continuo.



Dizia então o Sr. Secretário Regional que ia resolver os problema das estradas da Terceira e o que se vê é que nem no Plano Anual para 2002, face às constatações que agora fiz, nem no “project finance” se prevê que se resolva o problema das estradas da Terceira.

Foi feito aqui um anúncio por parte do Sr. Presidente do Governo que havia uma intenção de se resolver o problema das estradas da Terceira.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** O Plano vai ser debatido a seguir.

**O Orador:** No entanto, por aquilo que foi dito aqui, estamos apenas no âmbito de estudos, o que significa que, na prática comum deste Governo, ainda faltará seguramente o ante-projecto, ante-projecto definitivo, o projecto e depois a primeira pedra, ou seja, faltará muito até que o estudo e os anúncios normais a esta fase informativa cheguem à prática efectiva.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Isso tem a ver com a Rotunda da Boavista ou a da Beatriz?!

**O Orador:** De resto, dos argumentos aqui invocados para que este diploma tivesse apenas a abrangência na ilha de S. Miguel, um tem a ver com a dimensão das outras ilhas para haver esse investimento. Ora, o próprio Governo Regional já reconheceu que irá investir nas outras ilhas o que é contraditório. Convém saber, da parte do Governo, se de facto há ou não dimensão nas outras ilhas para haver a utilização desta medida.

Por outro lado, o outro argumento é o argumento de que há estudos para as outras ilhas e pergunto por que é não se estudou, Sr. Presidente do Governo, a Região toda em vez de se avançar para obras numa das ilhas e continuar a entediar a vida dos açorianos com estudos relativamente às demais.

Em suma, a dimensão deste Governo Regional que em número aumentou, não cumprindo com as promessas feitas em 96, em dimensão regional vai



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

diminuindo a olhos vistos em prejuízo das nove ilhas dos Açores, da sua população e, pelo menos, nesta medida, da Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Ao contrário é que é de admirar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota e dispõe de três minutos.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Eu peço desculpa de insistir, mas faço-o porque reputo de muita importância esta questão.

Eu pus uma questão concreta e objectiva relativamente ao que entende o Governo na ponderação que fez e que, repito, acredito que tenha sido bastante mais aprofundada do que a ponderação feita aqui, qual será a possibilidade de, disponibilizando-se meios em termos de Plano, poder haver outros ritmos no trabalho de recuperação das redes rodoviárias que, como sabe, estão bastante enfraquecidas, não por culpa vossa, nas outras ilhas.

Portanto, o que eu queria pôr, sabendo-se que há um encargo de 2 contos a partir de um determinado ano para isto, é se, nas contas que fizeram, resta ou não resta, em termos das verbas disponíveis para investimentos, meios para poder haver um tratamento diferente, a outro ritmo, da rede viária de outras ilhas? Foi esta a questão concreta que eu pus e que foi referida, mas não foi respondida.

Antes de terminar queria dizer o seguinte:

Os Srs. que são técnicos, que são especialista vão discutir se é ou não dívida, se é ou não renda. Agora para o cidadão comum o que interessa é uma determinada verba que durante 30 anos tem que sair religiosamente,



no momento certo do erário público para pagar um determinado serviço que é prestado. Isto para o cidadão comum, chamem os senhores os que chamarem, chame a contabilidade pública o que quiser, é uma dívida.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento**

*(Roberto Amaral):* Não é!

**O Orador:** É exactamente a mesma dívida que eu contraí quando comprei a minha casa há 25 anos e sei que todos os meses tenho que pagar um determinado encargo, sabendo que a casa ao fim de 25 anos é minha.

**Presidente do Governo Regional** *(Carlos César):* É um encargo!

**O Orador:** É um encargo, mas é uma dívida, porque é trocada, de facto, por um bem que passa a ser da Região a partir de 30 anos. É por isso que é perigoso, como já foi dito aqui pela Sra. Deputada Berta Cabral, porque quando se recorre demasiadamente a este mecanismo, como já fez a outra Região Autónoma, a dada altura pode-se entrar numa situação de descontrolo por falta de meios para satisfazer esses encargos. É por isso que é perigoso e não por outra razão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional das Finanças acabou por nos trazer aqui a ordem de grandeza dos custos que são há volta de 10% a 30 anos e, portanto, é uma questão que penso que é pertinente.

Em relação à questão das rendas não contarem para os limites do artigo 25º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, eu não estaria tão segura disso, dado os recentes desenvolvimentos.

De qualquer maneira aguardaremos para ver.



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento**  
(*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pois eu estou seguro disto e creio que tenho razões e argumentos para este facto.

**Deputado João Cunha (PSD):** Não parece, por isso já se fala na sua substituição.

**O Orador:** Se não for assim veremos, mas eu estou seguro disto e creio que tenho argumentos e fundamentos que justificam a minha posição.

Quanto às preocupações do Sr. Deputado Decq Mota, elas também foram evidenciadas e respondidas na Comissão.

É óbvio que se há um determinado tipo de investimentos que passa a ser financiado por este instrumento financeiro, também é óbvio que no local onde eles serão desenvolvidos não se efectuarão outros com recurso, no caso concreto, ao Plano da Região.

É assim que, em circunstâncias normais, ficarão libertos mais meios para fazer investimentos em outras ilhas e eventualmente em outros sectores e quando apresentarmos o Plano aqui à Assembleia se discutirá onde é que o investimento há-de ser feito.

Por outro lado, também referi na Comissão e reafirmo aqui que o recurso a este tipo de financiamento vai potenciar a utilização de fundos comunitários que assim vão ficar libertos em maior quantidade para o financiamento de outros projectos, uma vez que os projectos em “project finance” não poderão exceder o cofinanciamento de 40%. Portanto, o cofinanciamento de fundos comunitários para esses projectos vai até ao limite de 40%. Se assim é, a diferença para 85%, se eles fossem



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

financiados na totalidade, ficam liberta para cofinanciar outros investimentos em outras ilhas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que aqui estamos a apreciar, como já foi referido, parece-nos à partida quase uma inevitabilidade dos nossos tempos, a utilização de novos instrumentos de financiamento para os equipamentos públicos.

No entanto, entendemos também que isto já tem aqui um compromisso nacional, um compromisso de 30 anos e deveríamos ter tido a possibilidade de todos nós reflectirmos mais sobre isso, inclusivamente daqui a 30 anos não saberemos como é que serão as instituições autonómicas, não saberemos se teremos governos regionais, se teremos tesoureiros, mas teremos de certeza sociedade civil e essa sociedade civil vai certamente usufruir deste equipamento, mas também vai responsabilizar-se pelo pagamento destes equipamentos ao longo desses 30 anos.

Estamos a falar, segundo as informações do Sr. Secretário na Comissão, de um valor líquido actualizado de investimentos, de cerca de 40 milhões de contos e depois cerca de 5 milhões de contos por ano de renda o que totaliza, ao fim de 30 anos, 150 milhões de contos, isto é, como qualquer “leasing” que se faça de qualquer coisa, vamos pagar muito mais do que aquilo que ele custa agora. Isto é assim mesmo e, portanto, esta não é a questão que invalide a validade deste instrumento financeiro.

A questão que eu queria colocar tem a ver com aquilo que o Sr. Secretário referiu da libertação de verbas para outras ilhas. Sr. Secretário isso é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

verdade, mas entendemos que era nesta altura e a enquadrar-se neste novo sistema financeiro. Estamos aqui a virar uma página em termos do planeamento regional.

O Plano de Médio Prazo, nomeadamente no que toca às verbas para as estradas, neste momento é uma inutilidade, porque aquilo que estava previsto há seis meses, agora grande parte do seu investimento já está previsto através doutros mecanismos financeiros e o restante será reequacionado, face às verbas libertadas, como diz o Sr. Secretário, mas acontece, porém, o seguinte: é que se vamos utilizar este instrumento financeiro e se obriga a uma certa dimensão, por que é que não tentamos abranger outros projectos, outras ilhas que possam usufruir da mais valia de ter os equipamentos mais rapidamente, podendo acompanhar a velocidade de outras parcelas mais desenvolvidas e assim podermos estar todos tendencialmente na mesma velocidade de desenvolvimento em termos regionais?

Eu coloco esta questão, porque mesmo que sejam libertadas verbas do Plano a Médio Prazo, por via da utilização deste instrumento financeiro, certamente que a execução desses investimentos pelos métodos tradicionais vão levar bastante mais tempo a estar em condições de usufruto do que aqueles que vão ter estes equipamentos através destes novos instrumentos financeiros.

Esta é uma preocupação que nós temos, além de entendermos que isto deveria ter sido melhor reflectido e de entendermos que isto é quase uma inevitabilidade.

Não estamos contra este princípio, mas sim preocupados quanto às suas consequências e generalidade de aplicação, especialmente quando há possibilidade da sociedade açoriana podê-lo discutir, e essa sociedade é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

composta por pessoas das nove ilhas que têm que perceber o que é que está em causa e o que está em causa, para cada uma das ilhas dos Açores, é que temos um novo instrumento financeiro para utilizar que vai permitir antecipar investimentos, vai poder acelerar o seu desenvolvimento. Se é assim, deveria acelerá-lo em todas as ilhas.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

**Deputado Cabral Vieira (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Eu pedia um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Está concedido um intervalo de 15 minutos.

*(Eram 16 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 17 horas e 20 minutos)*

Eu agradecia ao Grupo Parlamentar do PSD se me pudesse facultar uma cópia das propostas de alteração, porque mandei fotocopiar o original e fiquei sem nenhuma cópia.

*(Pausa)*

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que concluímos o debate na generalidade e assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Passamos agora ao debate na especialidade e para o artigo 1º existe uma proposta de alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD, aliás como já referiu no debate na generalidade sobre este diploma, está a favor de que se façam os investimentos que estão previstos neste diploma na ilha de S. Miguel e que se utilize este novo instrumento financeiro para tal.

Entendemos também que ao existir este novo instrumento financeiro deveria ser alargado a questões que entendemos que são prioritárias, não só em termos da utilidade que tem noutras ilhas, mas também em termos da premência que tem esse investimento.

Poderíamos equacionar que em termos do Plano e Orçamento essas obras poderiam ser feitas também através dos métodos tradicionais de financiamento, no entanto entendemos que o facto de se serem prioritários e terem um impacto no desenvolvimento de cada uma destas ilhas e na capacidade delas poderem avançar a uma determinada velocidade como o todo regional, será importante introduzir estas alterações que apresentamos no quadro anexo ao artigo 1º.



É certo que não estão aqui todas as obras que eventualmente poderiam aqui caber, nestas e noutras ilhas, relativamente a estradas, mas também entendemos que, conforme o discurso que dizemos, têm que ser defenidas as prioridades, reflectirmos sobre este assunto e reflectirmos sobre o que é que poderia, não estando neste âmbito, eventualmente ser feito através do Plano e aquilo que não fosse possível fazer através do Plano, no curto prazo, poderia situar-se aqui no âmbito desta nova modalidade de financiamento.

Por isso mesmo, para além daquelas de S. Miguel que aprovamos e que concordamos que se façam através desse sistema, as obras que aqui incluímos são as seguintes:

- Na ilha Terceira a construção da via de acesso ao porto da Praia e ligação à rede urbana da cidade;
- Reabilitação da estrada regional 1-1<sup>a</sup> Angra/Praia/Litoral;
- Na ilha de S. Jorge, reabilitação e repavimentação da 1-2<sup>a</sup> Urzelina/Terreiros/Manadas;
- Correção e repavimentação do troço da estrada regional 1-2<sup>a</sup> Ramal/Ribeira Seca;
- Na ilha do Pico, reabilitação e repavimentação da estrada regional 2-2<sup>a</sup> Transversal;
- Na ilha do faial, construção da variante à estrada regional 1-1<sup>a</sup> envolvente à cidade da Horta/Santa Bárbara/Vista Alegre.

O impacto que isto tem no global, que foi anunciado pelo Sr. Secretário Roberto Amaral para este projecto, é, segundo as nossas estimativas relativamente reduzido, por um lado, mas, por outro, importante para o desenvolvimento que estas ilhas podem ter através destes novos troços e isto sem que se ponha em causa, como disse, a feitura das obras na ilha de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

S. Miguel e esse impacto, segundo estimamos, poderá ser inferior a 10%, mas poderá garantir que as obras feitas no curto prazo possam dar também uma capacidade a estas ilhas de se desenvolverem e as verbas que ficam disponibilizadas poderem, através dos financiamentos tradicionais, ser aplicadas noutras ilhas.

É este o sentido da nossa proposta de alteração que fazemos ao artigo 1º e respectivo anexo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que temos aqui entre mãos leva-nos a tecer algumas considerações que se prendem com preocupações que foram aqui explicitadas e, nomeadamente da parte da Sra. Deputada Berta Cabral, foi focada aqui a necessidade de ponderação e de moderação na utilização deste tipo de mecanismos.

Ora, nós consideramos que a posição da Sra. Deputada Berta Cabral não exclui aquilo que os Srs. Deputados querem propor. Agora, o que leva, em coerência, é a que se cumpra aquilo que o Governo Regional disse e nomeadamente aquilo que o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário afirmaram que está em estudo, que é necessário fazer as devidas análises e que é necessário estudar devidamente outras possibilidades na utilização doutros mecanismos. Não é isso que se faz na proposta que aqui é apresentada. Os Srs. limitam-se a colocar, como proposta de alteração a este diploma, taxativamente algumas obras sem curarem de saber qual o impacto, qual o processo que se desenvolverá à volta da utilização desse tipo de mecanismos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

É necessário e é importante ter em conta que não se trata apenas aqui de exortar à realização dessas obras, porque o mecanismo que é utilizado para isso impõe necessariamente que não se façam as coisas desta forma.

Se é certo que em relação a S. Miguel existem dados e estudos técnicos suficientemente detalhados que leva o Governo Regional a esta análise e se o próprio Governo Regional afirmou que vai estudar e analisar estas outras possibilidades, não me parece, em consonância com aquilo que a Sra. Deputada Berta Cabral disse, que a proposta do PSD seja aquele procedimento mais correcto e mais consentâneo com os interesses que importa salvaguardar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

Esta proposta de alteração que estamos a apreciar reflecte e é uma consequência deste debate e em coerência não pode deixar de ser dito o seguinte:

Como deputado regional, membro desta Assembleia, senti e sinto que o debate desta matéria foi insuficiente, foi limitado – e não estou a falar do tempo, mas da profundidade das coisas – e não foi profundo.

Não ponho em causa que o Governo o tenha feito e não estou a fazer nenhuma insinuação, mas no que respeita à Assembleia Regional sinto e tenho a certeza que o debate foi insuficiente para uma medida e para uma determinação de tão grande alcance, importância e responsabilidade.

Em coerência com isto, esta proposta de alteração, no que respeita à Assembleia, sofre exactamente do mesmo mal.



Eu admitia perfeitamente que qualquer grupo parlamentar viesse a apresentar propostas de alteração ao projecto depois de um processo muito cuidado, atento, profundo e, naturalmente, mais demorado de debate em que se procurasse os fundamentos para coisas destas e neste momento esta proposta não pode ter fundamento. Pode ter uma consequência política que é depois numa tal freguesia qualquer, numa qualquer ilha, e por exemplo esta do Faial, vir a dizer-se: Olha “fulano votou contra ou absteve-se no que respeita à Variante”,...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** É o único objectivo.

**O Orador:** ... mas isso não é uma consequência séria, porque este tipo de proposta, posta desta maneira e neste quadro – e permitam-me que lhes diga Srs. Deputados do PSD – entra completamente em contradição com o vosso discurso que apoiei.

Portanto, queria dizer à Câmara que o Grupo Parlamentar do PCP vai ter, em relação a esta proposta, exactamente a mesma postura que tem em relação ao documento, que é a de abstenção, porque nós não nos sentimos habilitados para contribuir para uma decisão. Não a inviabilizamos, mas neste momento não estamos habilitados a contribuir para esta decisão.

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta estas propostas de alteração exactamente embebido do mesmo espírito que revelou aqui no debate preliminar e é também tendo em atenção – e isto é já uma resposta ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que não teve na Comissão de Economia – que o próprio Sr. Secretário Roberto Amaral referiu que algumas destas obras que estão previstas no diploma do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Governo não têm sequer ante-projecto e, portanto, estarão mais ou menos nas mesmas circunstâncias que estas que aqui propomos. Entendemos que por aí não é argumento.

Gostaríamos, isso sim, tal como dissemos também há pouco, que este documento tivesse uma maior reflexão dentro destas paredes, tivesse uma maior reflexão junto da sociedade civil. Também entendemos que estas propostas de alteração têm um sentido de justiça, de equilíbrio e um sentido de ponderação do impacto que estas obras têm no global do projecto. Esse impacto é reduzido relativamente aos montantes que já foram explicados, por um lado, mas, por outro, poderá originar com que a feitura destas obras, ao fazer-se pelos métodos tradicionais de financiamento demorassem 5, 6 ou 7 anos para serem executadas, possam avançar à mesma velocidade daquelas outras que nós também concordamos que se façam, embora saibamos que não têm sequer ante-projectos ou projectos.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial apelei à ponderação e à moderação.

A proposta apresentada pelo PSD é ponderada e é moderada.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):**

Nem uma coisa, nem outra!

**A Oradora:** É ponderada, porque estende a outras ilhas um mecanismo e um instrumento que, de acordo com a proposta do Governo, apenas se circunscrevia a S. Miguel e, portanto, todas as pessoas que estão sentadas aqui neste bancada são ponderadas o suficiente para apresentarem uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

proposta de pleno cabimento e com perfeita aplicação para ser considerada por esta Casa.

Se assim não for, a única limitação que eu aceito é dizer que se atingiu o limite e se se atingiu o limite já não pode vir aqui mais estradas nestas circunstâncias.

Se me disser que a nossa proposta peca, porque excede o limite do razoável, nós retiramo-la já, mas ficamos também entendidos quanto ao limite, que são o 94 km que já estão.

Se a nossa proposta não tem a ver com o limite, mas com a ponderação, desculpem, Srs. Deputados, mas ela é tão ponderada como a primeira que apareceu nesta Câmara,...

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** ... porque é feita por pessoas responsáveis que sabem o que é que querem para a sua terra, assim como, e não tenho dúvida nenhuma, quem propôs a primeira também sabe o que é que quer e quer o melhor para a sua terra.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputada Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos de lembrar que quem decide sobre estas matérias é esta Assembleia, não é o Governo.

Questão primeira: Se fosse o Governo a decidir não era necessário estarmos aqui discutir este assunto.

Questão segunda: Para nós, não é ponderar só o que vem do Governo e julgo que isso são questões que me distinguem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Questão terceira: eu subscrevo grande parte daquilo que o Sr. Deputado Decq Mota disse em relação à proposta proveniente do Grupo Parlamentar do PSD, mas adiantaria o seguinte: por um lado felicitava o Grupo Parlamentar do PSD por ter apresentado a proposta, mas, por outro, receio que o grau de ponderação e preparação seja o mesmo da proposta do Governo. Portanto, se foi o mesmo julgo que estão em pé de igualdade para serem apreciados.

Quarta questão: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ilustre líder parlamentar, reagiu mal à proposta do PSD escurando-se nos estudos técnicos elaborados e ponderados que o Governo Regional tinha feito e pergunto, como o Sr. Deputado Victor Cruz já referiu, por que é que eles não estão aqui? Será que esta Assembleia se demite totalmente? O que é que está por detrás disso, Srs. Deputados?

Dizia à bocadinha um Sr. Deputado aqui na primeira fila da bancada do PS que o grande objectivo era que uns votassem a favor e outros votassem contra. Eu não acredito nisso.

Portanto, o Governo tem profundos estudos feitos sobre esta matéria, mas tivemos há 6 meses aqui a discutir o Plano de Médio Prazo e ninguém falou sobre este assunto. O Governo guardou religiosamente esses estudos.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Está no texto!

**O Orador:** Está no texto, mas não teve o mérito de despertar a nossa motivação para esta matéria.

Portanto, se o Governo tem tantos estudos sobre esta matéria, por que é que esta Assembleia nos os solicita? O que é que justifica a demissão deste Parlamento? Parece que este Parlamento já prescindiu da audição dos parceiros sociais e ainda não ouvi expressamente do Grupo Parlamentar do PS a justificação para a não audição. Será que é pelo facto do Governo ter



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

contactos com os seus empresários e dar conta aqui que alguns deles parece que estão muito motivados para essa matéria? Acredito, pois devem estar a pensar nos netos e nos bisnetos. Estão antecipando também esses interesses.

Acho tudo isto natural, agora o importante era esta Assembleia ter esses elementos, porque nos outros diplomas o Governo também ouve o parceiros sociais, mas esta Assembleia nunca dispensou essa audição.

O que é que leva o Grupo Parlamentar do PS a impedir que os parceiros sociais sejam ouvidos sobre este assunto? Gostava de ter acesso a esse raciocínio.

Também gostava de saber, da parte do Grupo Parlamentar do PS ou do Governo, enfim,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Enfim, não!

**O Orador:** ... que motivos tem para não aceitar esta proposta de aditamento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, relativamente a esta proposta que está aqui em causa? Vê algum inconveniente geográfico, efectivo e técnico que impeça que este sistema seja alargado a outras ilhas?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Berta Cabral perdoar-me-á, mas o raciocínio que fez aplica-se inteiramente. É óbvio que todos nós estamos a propor aquilo que entendemos que é melhor para a nossa terra.

Quando a Sra. falou em ponderação e moderação reconhecerá certamente que da segunda vez que se referiu a esses temas houve ligeiras nuances em relação à primeira vez que se referiu a esta questão.



**Deputada Berta Cabral (PSD):** Não houve nuances nenhuma!

**O Orador:** Houve nuances sim senhora. Então não houve?!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E bem visíveis!

**O Orador:** Portanto, quando fala em ponderação e moderação, estamos inteiramente de acordo, agora a vossa proposta é que desmente por completo a sua preocupação.

Há um aspecto que, em relação à intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, me parece importante referir.

O Sr. Deputado está a argumentar como se nós estivéssemos a discutir da necessidade, da oportunidade ou da utilidade da obra concreta, mas não é isso que está em discussão. O que está em discussão aqui é concretamente o mecanismo que se utiliza para fazer face a essas obras.

Portanto, não é correcto concluir-se que só pelo facto de virem a constar neste projecto essas obras que constam da proposta do PSD é que elas serão feitas, porque não é isso que está em causa.

Houve até declarações anteriores a esta proposta do PSD que davam conta que, pelo menos, algumas das obras que constam dessa proposta, estão a ser devidamente analisadas. Não é isso que está em discussão. Aquilo que está em discussão é o ponto de vista de mecanismo financeiro e é exactamente aí, porque o tema é este, que se deve ter em conta que não é apresentando estas propostas agora que se alcança a tal moderação e ponderação pretendida pela Sra. Deputada Berta Cabral.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu não reagi mal, chamei a atenção para o facto, na sequência, aliás, que tive oportunidade de referir, da argumentação e dos cuidados postos pela líder parlamentar da bancada do PSD. Parece-me que isto não é reagir mal.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

O Grupo Parlamentar do PS subscreve aquela que foi a justificação apresentada pelo Governo relativamente às questões das audições, mas se V. Exa. tinha a necessidade e considera que seria imprescindível fazer essa audição, parece-me que a Comissão de Economia seria o local adequado para que os parceiros sociais fossem ouvidos. Portanto, se aí não foi sugerido,...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Foi, sim senhor!

**O Orador:** ... certamente está no direito de chamar a atenção.

Relativamente a esta questão das audições, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve aquelas que foram as afirmações e a explicitação apresentada pelo Governo. Parece-me que esta parte também está explicada, pelo menos, da nossa parte.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Em intervenho não no sentido de introduzir qualquer polémica, suscitar qualquer embaraço ou agravar qualquer dúvida, mas para tentar expor de boa fé o que o Governo pensa e como encara esta proposta de alteração que agora aqui é feita.

Gostava de dizer em primeiro lugar e repetí-lo, aliás, que o recurso a este modelo integra o Programa do VII Governo Regional. Consta também do que está disponível e que foi disponibilizado aos Srs. Deputados aquando da Proposta de Plano a Médio Prazo e, portanto, era conhecido e sabido que muito provavelmente neste quadriénio o VII Governo recorrerá a este mecanismo de financiamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Gostava também de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que os empresários do Governo são também os seus empresários. Vejo que, no seu assentimento, dispensa-me de tecer qualquer outra consideração.

Gostava também de informar que ao longo de vários meses, recorrendo a um conjunto diversificado de gabinetes, de empresas, consultores bancários, etc., nós temos vindo a estudar um conjunto de projectos integrados neste modelo de financiamento.

Volto a repetir que fizemo-lo nesta primeira fase, e conforme está explicitado na resolução que atrás citei, no que se refere a algumas vias terrestres na Ilha de S. Miguel.

Estamos em simultâneo a estudar questões relativas a outros projectos entre os quais aqui apenas mencionei a via rápida Angra/Praia, incluindo a construção do 5º troço, iluminação de toda a sua extensão e reabilitação de parte da área já construída, o Hospital de Angra do Heroísmo e um conjunto de estruturas portuárias já construídas ou a construir.

Essas matérias são alvo de estudos de grande complexidade que levam meses e que esses gabinetes vão progressivamente disponibilizando ao Governo Regional, como aconteceu em relação a esta componente do sistema rodoviário na Ilha de S. Miguel.

Por isso, tendo em atenção a análise que fizemos do projecto que está em causa, resolvemos avançar já com esta componente do “project finance” que poderemos vir a ter no futuro. Este é, como se disse, um primeiro passo neste domínio depois de um estudo apurado.

Só apresentamos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tendo em atenção que estudamos profundamente estas matérias e que do ponto de vista técnico foram realizadas dezenas de contagens de tráfego, estudos prévios, projectos, verificação da rede de estradas que já está concluída e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

que também é igualmente concessionada, a própria análise do Governo etc., etc.. Tudo isto levou meses para comprovar a viabilidade daquilo que estamos a fazer.

Só depois de termos a certeza é que o apresentamos à consideração do Parlamento, disponibilizando, repito, todas as informações que os Srs. Deputados desejem relativas a este projecto.

Na Comissão de Economia fizeram as perguntas que entenderam fazer e julgo mesmo que na comissão parlamentar era o sítio mais adequado para se obter um conjunto de esclarecimentos, pelo menos mais finos sobre este projecto, tendo em conta os interesses da Região.

Destes projectos já sabemos que sim e aqui está a Proposta de Decreto Legislativo Regional. Os outros que ainda não sabemos se devem ser feitos por “project finance”, se devem ser feitos através do plano de investimentos da Região ou se não devem ser feitos, veremos depois dos estudos que estamos a empreender.

Eu acho graça neste debate, porque o que se está a discutir é algo de curioso, não é se se faz, por exemplo, o 5º troço Angra/Praia, é se se faz em “project finance”.

Parece que o milagre é o modelo e não a obra. Parece que o que interessa é o nome e não a substância e por isso mesmo fico estupefacto quando a questão assim se coloca.

Parece-me que as pessoas proporem aqui o nome dumas estradas estão convencidas que os habitantes que as usarem ou que ali estiverem vão votar em quem puser o nome primeiro.

É um disparate e, para mim, não é isso que está aqui em causa.

As propostas que agora são feitas são legítimas, do meu ponto de vista, mas carecem duma profundidade de análise técnica que é incompatível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

com o seu compromisso neste decreto legislativo regional, porque se eu desejasse, como o PSD, pôr o nome do Governo e do Partido Socialista em tudo quanto é possível fazer de obras em “project finance”, eu também teria posto aqui o Hospital de Angra, a via rápida Angra/Praia e uma série de portos da Região, mas não ponho, porque estes assuntos não estão ainda abordados no plano técnico ou na exigência que o Governo entende necessária e prévia para a sua inscrição, desde logo, neste diploma.

Aliás, em tomo estas propostas como isso, que não podem ser aprovadas. Para mim esta proposta vai ter um mérito que é o seguinte: estudem também estes casos relativos à estrada tal que aí é mencionada.

Uma delas, diz-me o Sr. Secretário da Habitação, é uma estrada da Câmara Municipal da Praia da Vitória, mas podemos estudar e entregaremos à Câmara Municipal da Praia da Vitória para fazer o “project finance”.

Eu admito que isto seja legítimo e acho que assim deve ser.

Poderão perguntar-me, por que é que nós não incluimos isto, aquilo e aquele outro? Nós vamos estudar e ver se isso é viável, se isso é possível, quer do ponto de vista da sua economia, quer do ponto de vista da sua viabilidade técnica, quer do ponto de vista de se saber se não é mais comportável e mais útil fazê-la através do plano de investimentos da nossa Região.

O PSD chegou aqui com grande embaraço. Não sabia como é que havia de votar isto.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Quem é que disse isso?

**O Orador:** A primeira fila dizia que sim, a segunda dizia que não e a terceira provavelmente queria abster-se...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olhe que não! Olhe para a sua bancada e tire o retrato!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** ... e depois achou uma fórmula de estar a fazer destes investimentos que é dizer assim: vamos aprovar isto e agora arranjem depressa aí umas estradas para nós propormos também.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Deve ter sido o que viu no seu Grupo Parlamentar!

**O Orador:** Foi esta figura, não muito abonatória que o PSD nos trouxe aqui à Assembleia Legislativa Regional muito ao seu jeito. É capaz de propor tudo, mas quando foi Governo não foi capaz de fazer nada.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Eu quando pedi a palavra o Sr. Presidente do Governo estava ainda a meio da sua intervenção e o facto de eu ter pedido a palavra era, sinceramente, para fazer considerações, que eram considerações até mais do ponto de vista do funcionamento do Parlamento e das suas competências fiscalizadoras, do que propriamente para fazer considerações marginais, juízos de intenção que não ficam bem ao Presidente do Governo fazer, sobretudo quando não tem o mínimo indício, uma única declaração até hoje, fosse em Comissão, fosse fora dela, fosse na Comunicação Social, de que havia qualquer embaraço do Partido Social Democrata sobre esta matéria.

Portanto, eu tenho que lamentar o facto de não ter o Sr. Presidente do Governo conseguido resistir a dizer o que não devia ter dito no fim duma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

intervenção que até à altura em que quis ser agressivo e impróprio, era uma intervenção correcta e é, sobretudo, a ela que eu quero colocar algumas considerações.

Em qualquer caso não sem antes dizer ao Sr. Presidente que eu acho graça, no direito que tenho como deputado da oposição de fazer críticas ao Governo Regional dos Açores, ser muitas vezes acusado por este Governo como sendo um profeta da desgraça. Quando um homem que hoje preside ao governo socialista diz quase todos os dias que em 20 anos não se fez nada, ouvir da sua boca chamar aos outros profetas da desgraça, tenha paciência, Sr. Presidente!

Em matéria de profetas da desgraça, de paladinos da desgraça, de portavozes cegos da história e que só pensam que os outros não fizeram nada em 20 anos, tentando transmitir a mensagem de que fez alguma coisa, o meu ilustre Presidente do Governo dos Açores não devia fazer isso.

Os seus antecessores durante 20 anos fizeram muita coisa. Cometeram certamente alguns erros. Certamente fizeram muita obra, sobretudo fizeram tantas obras que levaram a que sucessivamente tivesse o voto dos açorianos, que são os mesmos que votaram em si e que o Sr. tanto se gaba de ter tido o voto deles.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Se eu sou o profeta da desgraça, o Sr. escreve a história de forma cega, de forma partidária, de forma irresponsável e, por isso mesmo, lamentável.

O Sr. gosta de ao mesmo tempo ser poder e oposição. Ficou-lhe o vício do passado, mas sobretudo demonstra que é meio homem da oposição e meio homem do Governo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): É que os açorianos são tantos os da oposição como os do Governo.

**O Orador:** Não é o Presidente de todos os Açores, é o Presidente de um Governo sobretudo marcado pela visão do Partido Socialista.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Em segundo lugar, eu tenho tanto, tanto direito de dizer que os deputados da Terceira tinham dúvidas em votar a proposta do Governo, que os deputados do Faial tinham dúvidas em votar a proposta do Governo, como o Sr. tem de dizer que houve aqui dúvidas entre a 1<sup>a</sup>, a 2<sup>a</sup>, a 3<sup>a</sup> ou a 4<sup>a</sup> fila, mas não faço esses juízos de intenção.

Por disciplina partidária ou não, convencidos do que estão votando ou não, pouco me importa. O que é verdade é que eles votarão, como aqui também nós votamos. Posso é garantir-lhe que antes de tomar essas decisões sobre este diploma, sobretudo as propostas de alteração, porque em relação ao diploma do Governo nunca tivemos dúvidas sobre o nosso voto, houve debate e toda a gente disse o que pensava livremente. Deste lado isso aconteceu e acontece sempre. Do vosso lado espero que também aconteça.

Vamos ao que interessa e o que me interessa é a parte que eu queria responder da intervenção do Sr. Presidente que é uma questão que alguns podem considerar marginal, mas que eu, em consciência, até mais como deputado, do que responsável pelo Partido Social Democrata, gostava de colocar à consideração desta Câmara.

Vem aqui um diploma a este Parlamento que neste caso é um diploma para fazer uso dum sistema novo, que nós todos aplaudimos, do qual todos já falámos.

Este novo sistema de financiamento pretende, neste caso, construir estradas e toda a gente diz que há uma legitimidade democrática, como disse o Sr.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Secretário e bem, porque o diploma vem ao Parlamento e coloca à disponibilidade dos deputados a consideração sobre as estradas que se decidiu fazer e, portanto, também se coloca a possibilidade de apresentarem propostas de alteração. Onde é que eu quero chegar? Se me vêm dizer que as estradas que nós podemos propor não podem ser aceites, porque só o Governo é que está a fazer os estudos, porque só o Governo é que sabe se pode ou não pode ser, porque só o Governo é que tem mecanismos para saber se é possível determinada empresa, em determinadas condições, construir aquela estrada, então estamos perante uma prática parlamentar, porque o que este documento vem aqui fazer é ganhar uma legitimidade democrática, mas eu, deputado eleito pelo povo, não posso fazer propostas de alteração ou de aditamento a este documento. Portanto, para uma nova modalidade de financiamento, que é uma modalidade importante, que é tão importante que envolve um volume financeiro que, com mais 3, 4, 5 ou 6 obras, implica quase mais do que o Plano que nós vamos discutir e aprovar nesta sessão legislativa e, portanto, é preciso não esquecer que se passou dum parte importante da discussão da estratégia de desenvolvimento dos Açores, da discussão do Plano, para possíveis discussões de documentos que apresentam obras ao abrigo do “project finance”.

É preciso também dizer que é uma parte da inovação o que está aqui. Ora, para uma nova modalidade ela implicaria, pelo menos, uma conduta política diferente, porque eu ao plano posso fazer propostas de alteração sem que me digam, desculpe lá, que o Governo ainda não estudou esta estrada, porque é isso que me estão a dizer. Eu não posso apresentar hoje uma estrada, por muito que ela seja, para mim, impressionavelmente prioritária, porque eu não estou no Governo e não posso fazer estudos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Então o que é que eu faço aqui? Digo que quero estas ou voto contra aquelas. Não tenho hipótese de apresentar nada.

Portanto, do ponto de vista parlamentar, nós estamos a decidir uma parte substancial da estratégia do futuro dos Açores, mas com uma diferença, é que no Plano eu posso, na prática, apresentar propostas que têm a resposta do Governo, se gosta ou se não gosta, se quer ou se não quer, mas aqui é uma resposta técnica. O que me estão a dizer é que há uma impossibilidade técnica de aceitar as propostas do PSD. Face a isto só há uma solução que é uma nova conduta democrática, uma nova conduta política.

Eu não estou a fazer sequer uma acusação, mas tentar despertar o Parlamento para aquilo que acho que é uma novidade e as suas consequências sob o ponto de vista parlamentar e político e, em bom rigor, a única coisa que eu posso fazer é perguntar ao Governo se todas as ideias que tem e todas as hipóteses que está a pôr e a colocar neste momento sobre esta matéria, para que amanhã com outra proposta de “project finance” ou não, eu possa saber até que ponto é que a minha posição é ou não válida.

O Sr. Presidente do Governo tocou ao de leve neste problema ao dizer que entendia as propostas do PSD como sugestões para que o Governo estudasse todas essas questões ou quando muito podia ser interpretado como tal. Pois é, Sr. Presidente, esse é que é o problema e eu pergunto: em vez de ser eu a estar a tentar dar sugestões ao abrigo de propostas de alteração, diga-me todas as hipóteses que o seu Governo considera para obras, seja nos portos, seja no âmbito da saúde, seja no âmbito do ambiente, como parece ser possível todas e eu fico a saber o futuro da sua estratégia, porque senão, ao contrário outra vez do Plano, a estratégia de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

desenvolvimento do Governo para o futuro é uma estratégia escondida que eu não posso avaliar como deputado da oposição e não como líder do PSD. Portanto, a partir deste momento, se não houver uma nova e diferente postura política, deixamos neste Parlamento de ter a capacidade de avaliação e de alteração duma estratégia como tínhamos até ao momento. Esta é uma consequência prática e inegável do “project finance” no plano político.

Já muita gente de todas as bancadas falou do plano financeiro, e bem, de situações no plano jurídico e eu agora pergunto: E no plano político?

Portanto, eu não gosto de ver que estou limitado a fazer propostas de alteração. Essas propostas não foram fruto de divisões e problemas internos, nem têm a ver com o facto de dizer amanhã que isto foi feito porque eu fiz esta proposta.

O Sr. Presidente sabe que não deve utilizar este argumento, porque à partida está resolvido com a maioria absoluta. Agora, eu não posso é ficar de braços cruzados em vez de fazer propostas de alteração nem comentários críticos, porque são uma maioria absoluta.

Os Srs. estão no seu direito, votem se quiserem e se não quiserem não votem.

Vamos discutir a razão das propostas, a razão das alterações e depois alguém, que não somos nós, há-de fazer a avaliação das nossas razões.

Agora, é verdade ou não que daqui para a frente, cada vez que vier um projecto ao abrigo do “project finance” nem eu, nem nenhum dos deputados do PSD, do PP ou do PCP podem apresentar propostas de alteração? Porquê? O Governo dirá, porque estamos a estudar. Nós é que sabemos, nós é que pomos isso em estudo e, portanto, nenhum deputado pode apresentar propostas de alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Dir-me-ão: para quê fazer um espanto com tal coisa?! Eu não estou a fazer um espanto, nós estamos a falar de muitos milhões de contos. Daqui a pouco estamos a falar de mais dinheiro do que aquele que está no Plano para 2002 e, portanto, encerra uma coisa que nós não devemos deixar passar despercebida sob o ponto de vista parlamentar e não da crítica política. Daí a minha intervenção.

Quando eu pedi a palavra não era para responder à parte final da intervenção do Sr. Presidente que se quis divertir um bocadinho com isso, mas para pôr à consideração.

Eu posso até pedir um intervalo ou pedir a alguém que o faça e repensar toda a nossa estratégia, mas para isso, Sr. Presidente, eu precisava de uma coisa, era que o Sr. me dissesse hoje e agora todos os estudos que tem previstos e todas as hipóteses que prevê. Devo-lhe dizer já uma que me parece das mais evidentes: o Hospital de Angra feito pelo “projecto finance”, porque não há dinheiro, é inquestionavelmente prioritário. Ninguém tem dúvidas. Há dúvidas sobre se as três gerações devem pagar o hospital? Há-de pagar quem nasceu nele, há-de pagar quem vai certamente ter filhos naquele hospital e há-de ter gosto em pagar o avô de quem vai nascer.

Este é um caso concreto e inquestionável que nós estamos de acordo com ele, mas tem de nos dizer, até para a conjugação que nós temos que fazer com o Plano e Orçamento, porque assim não há possibilidade de fiscalizar o Governo.

Eu amanhã faço uma proposta e o Sr. diz: está em estudo para o Plano e não convém o PSD apresentar essa proposta. Depois faço outra proposta e o Sr. Presidente do Governo diz: o Governo é que está estudando e, portanto, é o Governo, o Governo, o Governo e com “project finance” e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

maioria absoluta acaba o Parlamento ou fica reduzido a pó. Eu acho que isto não está certo sob o ponto de vista democrático.

Quando fui eleito neste mandato tinha poderes e continuo a tê-los. Não posso acabar este mandato com menos poderes, por muito que se invente novos sistemas de financiamento ou por muito que uma maioria absoluta queira.

É esta a questão, que me parece ser uma questão de crítica política ou uma questão de consciência e creio que não estou a ser excessivo, mas certo numa reflexão que como deputado, mais do que como Presidente do PSD, acho que devia fazer neste momento.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para de algum modo fazer algum comentário ou prestar algum esclarecimento em relação ao um pequeno segmento da intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, porque é um segmento conhecido com algumas questões que eu levantei. Há outras mais gerais, com as quais estou de acordo, mas de qualquer forma penso que é importante, dentro desta reflexão, dizer o seguinte:

É óbvio que o Grupo Parlamentar do PSD ou qualquer um dos outros, incluindo o da maioria, têm e tem que continuar a ter todo o direito de apresentar propostas de alteração. Para mim a discussão não se pode



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

centrar à volta disto. A chave que não foi utilizada na discussão está numa frase que o Sr. Deputado Victor Cruz referiu.

Não se quis discutir isto politicamente e esta é que é a questão.

Nós sabemos que a nossa Região Autónoma irmã usou este processo de financiamento de forma, ao que parece, muito vasta e se calhar até perigosa, mas ela é constituída por uma ilha, além de outra relativamente pequena.

A Região Autónoma dos Açores é constituída por nove ilhas, conforme tive oportunidade de referir na minha primeira intervenção e é esse problema do saber se, com o recurso ao novo mecanismo de financiamento em zonas geograficamente concentradas, se introduz inevitavelmente ou não - e daí as perguntas que fiz ao Sr. Secretário - ritmos de desenvolvimento diferenciados. É esta a questão, desculpem-me Srs. Deputados, que fizeram o possível por fazer que não estavam a perceber.

Quanto ao esclarecimento ao Sr. Deputado Victor Cruz, relativamente à proposta do PSD e que nós nos vamos abster, é porque ela tem, de facto, o mesmo grau de preparação do conjunto do projecto, ou seja, substituiu a discussão e procurou ser um substitutivo da discussão e marcar uma opinião através duma proposta que sabe que vai ser chumbada, mas isto não anula em nada o direito que o Sr. Deputado tem de a fazer.

Eu até imagino isto: se a tramitação deste documento tivesse sido diferente, poder-se-ia ter chegada na Comissão a soluções diferentes. Não é inédito, porque tantas vezes sai da Comissão, até às vezes por unanimidade, documentos com diferenças substanciais em relação à proposta inicial, mas seguindo um processo de tramitação aprofundado e trabalhado em que, de facto, todos contribuíram. Poder-se-ia ter chegado a isso ou então



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

podíamos ter ficado com elementos que nos permitissem elaborar propostas de alteração, mas não é este o caso.

A vossa proposta de alteração foi também uma maneira de fugir ao debate político e de o substituir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Victor Cruz pede-me para dizer o que é que nós estamos a estudar.

Eu já disse duas vezes o que é que estamos a estudar. Eu até tive o cuidado de, antes de começarmos o debate propriamente dito, esclarecer isso desde logo. Eu disse que estávamos a estudar e mencionei três casos...

**Deputado Victor Cruz** (*PSD*): E disse que não era tudo, que tinha outras!

**O Orador:** ... e outras hipóteses que podemos estudar. Aquilo que eu disse foi que estávamos a estudar o caso, e até disse o número de quilómetros que era, creio eu, de 23 Km, de Angra/Praia, incluindo a reabilitação da actual estrada, a iluminação completa, a construção do 5º troço, uma obra cujo orçamento e estudos prévios estavam à volta de 3 milhões de contos. Isto está a ser estudado no âmbito das comissões que fazem o controle do tráfico e uma série de coisas para esse efeito.

Está também a ser considerada e estudada a possibilidade relativa à construção do Hospital da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo. Assim como também está a ser estudada, e que foram colocados aos nossos consultores sobre essa matéria, uma análise a toda a estrutura portuária na nossa Região Autónoma. Sabe-se pelos nossos planos de actividades quais são os portos que temos ou não ainda que construir de imediato e que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

assume alguma urgência e que, aliás, até está previsto no Plano do próximo ano, mas queremos saber, por exemplo, se a sua construção pode estar associada à concessão de outros.

Portanto, tudo isto tem de ser estudado no plano técnico, no plano financeiro e as conclusões dessa matéria são-nos fornecidas ao fim de meses de trabalho.

Aquilo que nós fizemos, repito, foi trazermos hoje à Assembleia o que temos a certeza que já está feito, já foi estudado e pode avançar e havemos de vir trazendo, à medida que for compatível com os nossos recursos financeiros, outros projectos que são possíveis e eu esclareci tudo isso logo de início.

Hoje os Srs. Deputados propõem outras obras para incluir já neste “project finance”. Metodológica e eticamente não está bem, porque é preciso trabalhar muito sobre essas matérias para poder, desde logo, pôr num diploma, que dá início a um projecto, obras que carecem de uma complexidade de estudo óbvia.

Eu já disse e aceito isso perfeitamente, quer no plano formal, quer até na assunção política e das respectivas consequências. Se o PSD chegar aqui, transformando essa sua proposta numa proposta de resolução, de recomendação ao Governo para que estude também estes casos para ver se é possível incluí-los, evidentemente que o Governo vai tentar estudar esses casos, - alguns desses casos já estão mesmo em curso o seu estudo, nomeadamente a estrada Angra/Praia, o Hospital de Angra – e verificaremos se é possível.

Nós temos tido, por exemplo, mais dificuldades em alguns desses casos, no que se refere às questões do sistema rodoviário, porque vem explicada a deseconomia de fazer pequenos projectos e mais vale a pena fazê-los



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

através do Plano, que a dispersão de um projecto rodoviário é altamente oneroso do ponto de vista da opção pelo modelo “project finance”, mas é possível, mediante a progressão que viermos a ter em matéria de escolha deste tipo de financiamento e de investimento, virmos também a equacionar um próprio reordenamento do plano de investimentos públicos da Região, porque se nós avançarmos neste modelo com o Hospital de Angra, por exemplo, pois isso vai gerar, com certeza, uma disponibilidade nos próximos anos para reafectar outras obras que estando previstas para 2004 ou 2005 podiam passar para 2003.

**Presidente:** Sr. Presidente, o seu tempo está a chegar ao fim.

**O Orador:** Para concluir, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos em presença de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que apresenta à Assembleia Legislativa Regional o que já está estudado, em que os membros do Governo estão disponíveis para prestar todos os esclarecimentos envolventes deste investimento, já estudado.

Outros investimentos, não estudados, não só não foram trazidos pelo Governo como não podiam ter sido trazidos sob forma de alteração do decreto legislativo regional pela oposição, mas sim como forma de recomendação para um estudo futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma segunda intervenção. Dispõe de 5 minutos.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito rapidamente para dizer que a questão política de fundo, e aí deixem-me discordar do Sr. Deputado José Decq Mota, eu tive oportunidade de a trazer aqui ao debate. Acho que é uma questão que ninguém ainda tinha trazido, que é da capacidade do Parlamento fiscalizar e alterar o rumo dum



desenvolvimento plasmado, neste caso, naquilo que se chama um “project finance”.

Isto não é uma questão secundária,...

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Mas isso não me diz respeito.

**O Orador:** ... porque se pensarmos que são 40 milhões hoje ou que podem ser mais não sei quantos milhões amanhã com o Hospital de Angra, nós estamos perante uma situação nova. Eu não estou a criticar o Governo por isso. Agora, quando o sistema não resolve um problema, - está escrito desde os primeiros tempos da história – só há uma maneira de o resolver, que é o comportamento dos homens.

Se é impossível ao Grupo Parlamentar do PSD apresentar propostas, e ele não se quer ver reduzido nessa competência, se é impossível o Governo ter os estudos todos...

**Deputado Dionísio de Sousa**(*PS*): Façam os estudos também!

**O Orador:** Nós fazemos os estudos, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, com que meios?

Nós temos dois adjuntos, não temos quarenta, nem temos economistas, nem juristas. O Sr. sabe muito bem o que é que a Assembleia tem. Como é que nós fazemos o estudo?

**Deputado Dionísio de Sousa** (*PS*): Isso é pura demagogia.

**O Orador:** É pura demagogia é de um homem que se diz defensor do Parlamento.

É claro que isto é evidente. Esses estudos envolvem custos e já agora pergunto ao Sr. Secretário Regional das Finanças quanto é que custam esses estudos?

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Milhares de contos!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** Evidentemente que são milhares de contos. Então, Sr. Presidente, diga ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa que deixe de fazer apartes que não fazem sentido nenhum.

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** A Assembleia também tem assessoria técnica.

**O Orador:** O problema aqui resume-se simplesmente a isto: a lei não permite e não é fácil ao sistema resolver o problema, mas há aqui uma questão que é a seguinte: eu não acredito que o Governo não tenha uma ideia, no final de 2001, do rumo que quer seguir e do que quer utilizar através desses meios de financiamento até 2004. Eu não acredito.

O Sr. Presidente, por exemplo, fala num porto, mas não diz qual é e depois diz que se verá se há outros.

O Sr. Presidente falou em três exemplos, mas disse “de entre outros” e assim não chegamos a lado nenhum. Que informação é essa? Falou em 3, 4 ou 5 coisas, mas eu, deputado da oposição, não sei neste momento quantos estudos o Governo Regional dos Açores mandou fazer, sobre o quê e quanto estudos pensa mandar mais fazer?

Portanto, não consigo debater esta matéria nem o Plano, porque amanhã o Srs. Deputados Decq Mota, Alvarino Pinheiro ou até mesmo eu apresentamos uma proposta de alteração ao Plano e os Srs. dizem: esta não aceitamos, porque estamos a pensar fazer um estudo sobre isso.

Assim andamos de um lado para o outro e pergunto: Qual é a capacidade que eu tenho de fiscalização do Governo? Tenho ou não a minha capacidade diminuída de propor alterações?

Eu compreendo a complexidade, mas só há uma maneira de resolver o que é claro e assumido, mas o Presidente do Governo, infelizmente, não consegue fazer, por exemplo, acabar a reunião logo, amanhã ou para a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

semana, sem a comunicação social, com ela ou como quiser, chamar os partidos da oposição e dizer: meus caros amigos, o que eu penso fazer em “project finance” é isto, isto, aquilo, aquilo e aquele outro. Vamos ver os resultados dos estudos e se me disserem que pelos resultados dos estudos aqui, ali e acolá não pode ser, tudo bem, mas entregue os estudos aos deputados da oposição e abra o jogo todo. Aliás, devia abrir o jogo hoje, porque amanhã vamos discutir o Plano.

Eu mantenho as propostas como reafirmação de que acho que o “project finance” podia abranger estas alterações como princípio dum exercício dum partido da oposição.

Se alterarem a vossa estratégia, abrindo o jogo, é evidente que até posso retirá-las e pô-las numa Proposta de Resolução, como o Sr. Presidente do Governo diz, mas para isso é preciso convivência democrática, aquela que se pode ter, independentemente do debate político e aí eu não tenho tido bons exemplos.

Estamos perante um Presidente do Governo que, por exemplo, diz na televisão que o Partido Social Democrata já foi ouvido pelo Sr. Presidente do Governo e que já teve muito tempo para apresentar propostas ao Plano. Quando me ouviu não era para apresentar propostas ao Plano.

O Partido Social Democrata, como maior partido da oposição, não é um parceiro social, nem nós estamos a dar pareceres sobre ante-propostas, muito menos antes delas aparecerem.

Portanto, com esta escola de relacionamento democrático ou há um sinal claro e eu retiro as nossas alterações ou não há e mantenho-as. O Governo que as chumbe.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O Governo aqui não chumba nada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**O Orador:** Não é permitido, não é possível, não é legal. Há aqui, tal como ontem com o pacto de regime, um desafio que é fácil de resolver, basta o Sr. Presidente do Governo, que tem maioria absoluta, dizer assim: muito bem, eu vou pôr no papel as obras todas que estou pensando fazer em “project finance” – não sei quais as que são possíveis – e depois dou o papel à oposição com os resultados e os senhores amanhã já podem estar em condições de fazer propostas de alteração ao Plano.

Agora, o Sr. não diz nada, fecha o jogo. Eu apresento uma proposta e não pode ser, porque há um estudo e amanhã apresento mais um proposta sobre o Plano e não pode ser, porque vai haver mais um estudo.

Bom, reduzir a pó a oposição paulatinamente com os novos modelos de financiamento e são novos modelos de financiamento público que têm como consequência a redução do poder democrático de fiscalizar o Governo por parte da oposição.

“Daqui não saio e daqui ninguém me tira”, porque, infelizmente, o Sr. Presidente nunca sai dali. Fica ali escondidinho no seu canto, perto do Partido Socialista e não dá um passo sério no sentido das oposições, abrindo o jogo e dizendo o que pensa para o futuro dos Açores.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Perante isto, eu não posso subscrever a sua estratégia. Gostaria mas não posso e mais uma vez não posso, Sr. Presidente, mesmo que quisesse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para um esclarecimento.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para prestar um esclarecimento.

Eu queria apenas esclarecer o Sr. Deputado Victor Cruz sobre a minha intervenção, para não haver mal entendidos.

Quando me estava a referir à discussão da questão política, eu não estava a referir-me a esta parte do direito de apresentar propostas. Aliás, concordei consigo. Não foi nada disso. Eu estava a referi-me às modificações que este novo processo de funcionamento pode trazer no processo de desenvolvimento regional.

Quando disse que este debate político foi carente, digo-o exclusivamente nesse sentido e era aí que eu queria pôr a tónica, aproveitando agora para dizer uma outra coisa que penso que é importante: o Sr. Deputado Victor Cruz, com a habilidade e o brilhantismo que se lhe reconhecem, criou aqui um debate parlamentar – permita-me que lho diga – marginal em relação à questão central que estava em discussão e com essa forma meteu um camuflado sobre o sentido de voto da sua bancada, que aprova a proposta do Governo. Para si já não foi insuficiente o debate. Para nós foi insuficiente e por isso vamo-nos abster, porque o debate foi insuficiente e por isso não podemos ter posição.

Os Srs. têm posição, mas o camuflado foi o da sua última intervenção. Para que fique na ideia de quem seguiu isto, houve grande oposição e até um debate prolongado, mas fica escondido que a matéria de fundo não foi suficientemente discutida, nem por aquela bancada nem pela sua.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os “pequeninos” procuraram que essa discussão se fizesse. Não o conseguiram.

Muito obrigado

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Meu caro amigo e Deputado José Decq Mota, há só um pormenor que o meu amigo se esqueceu. Sabe qual é? É que a gente não manda neste Parlamento.

Por mim este debate não se estava a fazer hoje. Por mim tinha-se ouvido os parceiros sociais.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Exactamente!

**O Orador:** Por mim aprofundava o debate.

O Sr. está a falar comigo esquecendo-se que eu tenho só 18 deputados. Se eu tivesse 30 eu não fazia assim, mas aprofundava, dava-lhe os documentos e dizia o que é que estava a pensar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Camuflagem!

**O Orador:** Não sou eu que mando.

Sr. Presidente, quanto ao hábito de dizer que em vinte anos foi deputado da oposição, quero dizer-lhe que a diferença entre deputado do passado e presidente no presente é exactamente proporcional à diferença do antigo deputado e actual Presidente. O Sr. Carlos César também foi 20 anos deputado e eu posso trazer aqui todos os dias coisas que ele fez, que ele disse que não estão em consonância com aquilo que ele faz e que diz hoje.

Portanto, quando quer comparar com o passado, não se esqueça que eu tenho mais tempo, mais declarações e, porventura, mais incongruências do Sr. Presidente do Governo para comparar. Isto não pega.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Eu já vos disse que o que vai estar em causa em 2004 é comparar o PSD do presente com o PS do presente, porque o passado o povo vai esquecendo e olhando para a frente, Sr. Presidente. Assim sabe o Sr. Deputado Francisco Sousa, porque está cá há muito tempo e por isso mesmo percebe isso.

Eu queria-lhe dizer, Sr. Deputado Decq Mota, que concordo consigo, mas vamos supor que eu não apresento proposta de alteração hoje, porque o debate não está aprofundado. O Sr. Deputado já reconheceu que o Sr. Presidente do Governo não esclareceu suficientemente hoje. O Governo não deu os documentos todos.

Quando chegar o próximo documento o Sr., se calhar, não está também em condições de discutir nem de aprovar o documento.

O Sr., se calhar, também não está na posse de todos os dados que o Governo tem na sua própria cabeça e na sua estratégia para o futuro dos Açores. O que é que vai fazer amanhã com o Plano? Também não o vota? Não faz propostas de alteração?

O PSD não pode ultrapassar as limitações desta Casa. Ora bem, quiseram discutir agora, então discutamos agora até ao ponto que é possível. É agora que está na oportunidade de dar um sinal do que nós achamos que também devia ser feito em “project finance”. Nós demos um sinal. Se não dermos hoje, chapéu - desculpa a linguagem...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** ... não damos nunca mais. Foi isto que nos diferenciou neste debate.

Nós temos consciência de que esta Casa tem uma maioria absoluta, que ela se exerce, mas é hoje que se está discutindo as estradas, não se vai discutir amanhã. Amanhã, porventura, discutir-se-á o hospital, o porto, mas já se



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

percebeu que de estradas estamos tendencialmente conversados. Por isso mesmo ou hoje ou nunca.

**Presidente:** Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo.

**O Orador:** Desculpe, Sr. Presidente. Terminou já.

O Sr., com fundamentação bem pensada, entendeu ir pela abstenção e eu entendi apresentar propostas com fundamentação e que o Sr. Deputado também acha, em boa parte, fundamentadas.

A diferença é só esta: eu gostava de ter mais deputados, mas não tenho. O Sr. esqueceu-se que eu tinha apenas 18 deputados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me esqueci de nada e também não me esqueci que a bancada do PSD votou a favor.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** E vai votar.

**O Orador:** Portanto, os Srs. às vezes, havendo aqui uma margem de coincidência muito grande na argumentação, são um bocado peritos nisso.

Eu recordo aqui o decreto de Junho sobre a educação, que nós estávamos em posição contrária, porque o Deputado Paulo Valadão defendeu a nossa posição com “unhas e dentes” como todos se lembram, que o Deputado Joaquim Machado teve uma prestação de enorme violência, mas depois votaram a favor. Eu recordo-me disto. Há coisas que não se pode esconder, Sr. Deputado Victor Cruz e também estimado amigo.

Portanto, não houve uma discussão aprofundada disto no plano político,...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** E não vai haver mais!

**O Orador:** ... mas houve a aprovação do PSD em relação à proposta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

É esta a verdade. É esta a nossa pequena diferença. Noutros aspectos estamos completamente de acordo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para mais um esclarecimento.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É um esclarecimento brevíssimo.

É só uma frase para que não tenham dúvidas sobre a minha posição.

Eu concordo com tudo o que o Sr. Deputado Decq Mota diz se tivesse maioria absoluta.

Continuo a dizer que não há mais oportunidades. O Sr. tem uma esperança de que vai haver mais oportunidades para discutir isto, eu não tenho. O futuro dirá quem tem razão. Oxalá não seja eu e digo-o com toda a sinceridade, mas julgo que “project finance” para estradas, se calhar nesta legislatura não vem mais nenhuma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Srs. Deputados, penso que concluímos o debate na especialidade sobre o artigo 1º e a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Vou pôr à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração, do PSD, para o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

**Presidente:** Passamos agora à votação do artigo 1º, tal como é apresentado.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 2º do diploma.

Está aberto o debate sobre o artigo 2º.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Passamos ao debate sobre o artigo 3º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão e subscrita pelo PS. Está à discussão.

*(Pausa)*

Não há intervenções, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação da parte restante do artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Se não houver oposição eu ponho à discussão os artigos 4º e 5º, para os quais não existem propostas de alteração.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 4º e 5º foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

**Presidente:** Para o artigo 6º há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

A alteração que o PSD apresenta vai no sentido de que, face à complexidade da matéria e à dimensão dos projectos em causa, entendemos que será importante que não hajam quaisquer dúvidas sobre a transparência do processo e que haja, no fundo, uma similitude com processos idênticos ao nível da contratação pública, pelo que nos parece que três seria um número razoável de consultas a entidades para levar a cabo tão importante medida.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções de PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação do artigo 6º da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 6º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções de PCP.

**Presidente:** Para os artigos 7º, 8º e 9º não existem propostas de alteração. Se não houver oposição, está aberto o debate sobre estes três artigos.

*(Pausa)*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
*Gabinete do Presidente*

Não há intervenções, vamos votar os artigos 7º, 8º e 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 7º, 8º e 9º foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções de PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma, em votação final global, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções de PCP.